

Revista
Fenacor
em serviços

Contabilidade • Assessoramento • Perícias • Informações • Pesquisas

Rio Potengi com a capital potiguar ao fundo: um belo cartão-postal

II^a CONESCAP
Desafios e perspectivas
das empresas de serviços

De 21 a 23 de setembro, Natal, no Rio Grande do Norte, receberá cerca de mil empresários de serviços, para debater os principais aspectos do setor

FENACON

Atual diretoria completa um ano à frente da Entidade, avalia realizações do período e traça metas para o futuro

RÁPIDO E SEGURO

Novo leiaute fiscal do ICMS começará a ser implantado em 2006 e revolucionará a emissão de documentos fiscais

"MP DO BEM"

Pressionada pela Frente Brasileira, Receita Federal admite dar mais prazos para as empresas do Simples

A Prosoft vai
apresentar
muitas
novidades
nos próximos
eventos
contábeis
deste ano.



Aguarde, você vai se surpreender com o potencial e a simplicidade de uso.

 **Prosoft**
Somando soluções para obter resultados.

0800 551037
Distribuidores em todo o Brasil

Uma luz no fim do túnel

Uma sensação de asco começa a se instalar em minha alma pela revelação do lamaçal que envolve o nosso País nesses últimos dias.

As notícias de mensalão, caixa dois, Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) disso e daquilo, escândalos morais e financeiros, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, contas bancárias em paraísos fiscais, “festinhas de arromba”, etc. e tal, nos desanimam e aumentam o descrédito sobre os rumos que poderão ser tomados, caso medidas severas não sejam implementadas.

Padrões éticos foram simplesmente abandonados em nome de uma falsa democracia. Forças de elites, que ninguém sabe de onde provêm, são exaltadas e responsabilizadas pelos desmandos de uns poucos, que toda a Nação sabe muito bem quem são.

A Torre de Babel de leis, medidas provisórias, decretos, portarias, instruções e demais atos autoritários visam, acima de



tudo, um confisco de todos os que produzem, em prol de não sei o que.

Os impostos arrecadados deixam de proporcionar serviços públicos para financiar o pagamento de juros de uma dívida mal explicada.

Cargos de confiança, não sabemos de quem, uma máquina administrativa emperada, improdutiva e burocrática faz com que o famigerado custo-Brasil chegue às raias do insustentável.

Nós precisamos urgentemente restaurar a ordem pública, a honradez, a dignidade, a ética e o orgulho de um povo que sobrevive com parcisos Reais e nada consegue consumir, em detrimento de milhões ou até bilhões de Reais que são espoliados das contas públicas por

pessoas que deveriam estar na cadeia.

Hoje eu tenho a convicção de que o utópico seria uma ampla reforma política, administrativa e tributária, mas o exequível poderia ser a restauração da ética na política, a irrestrita transparência nas contas públicas e a aprovação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, já em tramitação no Congresso Nacional, além do acréscimo de um dia por mês nos vencimentos dos impostos – até atingirmos os vencimentos existentes na década de 90 –, a diminuição de 10% dos tributos por ano – até atingirmos um teto para a carga tributária em torno de 20% a 25% do Produto Interno Bruto (PIB) – e a convocação de uma nova Assembléia Geral Constituinte, para debatermos e, por fim, definirmos um modelo de Nação, realmente emanado do povo brasileiro.

Carlos José de Lima Castro
Presidente da Fenacon
presidente@fenacon.org.br

Desafios e perspectivas para o setor de serviços

DURANTE TRÊS DIAS, CERCA DE MIL EMPRESÁRIOS DE SERVIÇOS DISCUTIRÃO OS RUMOS DESSE SEGMENTO DA ECONOMIA, UM DOS QUE MAIS CRESCE NO PAÍS

Fotos: Prefeitura Municipal de Natal



De 21 a 23 de setembro, Natal, a capital potiguar, será sede do maior evento voltado aos empresários de serviços do Brasil – a Convenção Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Conescap), que chega à sua 11ª edição.

A previsão da Fenacon é que cerca de mil empresários, vindos de todas as partes do País, participem da Convenção. Esses profissionais trarão o desejo de se aprimorar e adquirir novos conhecimentos para serem aplicados em suas empresas.

Durante os três dias de evento, os empresários assistirão a cinco

palestras com importantes convidados. São eles: o psicólogo e antropólogo do Colégio Internacional dos Terapeutas Roberto Crema, a comunicadora Thais Alves, o administrador Victoriano Garrido Filho, o advogado tributarista e presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), Gilberto Luiz do Amaral, e o publicitário e mágico Clóvis Tavares (*confira o tema das palestras e o currículo dos palestrantes no quadro da página 5*).

GRANDIOSIDADE

A 11ª Conescap está há meses movimentando a vida turística da cidade. Hotéis já estão com os

quartos lotados desde junho e pacotes turísticos foram adquiridos ainda em 2004. A economia local também está sendo beneficiada, uma vez que além dos participantes, pelo menos mais 500 pessoas – familiares – também estarão na capital do Rio Grande do Norte.

Paralelamente ao evento, será realizada uma Feira de Negócios com 32 estandes, que deve gerar milhares de Reais para os expositores. A Convenção acontecerá no Pirâmide Palace Hotel, situado à Avenida Via Costeira, 1.717 – Parque das Dunas.

Mais informações sobre inscrições e outras temas podem ser obtidas pelo telefone (84) 3202-5424. ►

Programação do Evento

Quarta-feira – 21/9	
13 às 20 horas	Funcionamento da secretaria
19 horas	Abertura oficial
21 horas	Inauguração da Feira de Produtos e Serviços e realização do coquetel de boas-vindas
Quinta-feira – 22/9	
13 às 13h10	Sorteios
13h10 às 14h30	Palestra – Roberto Crema – “Servir, o Viço de Ser”. Quem é? Implementador da formação holística de base no Brasil, consultor em abordagem transdisciplinar holística e ecologia do Ser, vice-reitor da Universidade Holística Internacional (Unipaz) e autor de vários livros, como <i>Crise e Oportunidade e Ser Humano, Eis a Questão!</i>
14h30 às 16 horas	Palestra – Thais Alves – “Comunicação e Motivação”. Quem é? Comunicadora, palestrante internacional, apresentadora de tevê e escritora. Estudou Teatro em Nova York e Filosofia no Japão. Hoje, apresenta o programa “Top Premium”, na TV Comunitária.
16 às 16h30	Intervalo
16h30 às 17 horas	Apresentação dos Sescaps e Sescons candidatos a realizar a 12ª Conescap
17 às 18h30	Palestra – Victoriano Garrido Filho – “Você é uma Pessoa de Atitude? As 10 Atitudes do Profissional Nota 10”. Quem é? Pós-graduado em Psicologia e especializado em <i>Human Resources</i> pela State University of New York (EUA), é co-autor do livro <i>O Barco Corporativo e as Pessoas de Atitude</i> .
20h30	Jantar de Confraternização
Sexta-feira – 23/9	
13 às 13h10	Sorteios
13h10 às 14h30	Palestra – Gilberto Luiz do Amaral – “O Planejamento Tributário como Atividade das Empresas Contábeis”. Quem é? Contador, advogado tributarista, professor de pós-graduação em Direito e Planejamento Tributário e presidente do IBPT.
14h30 às 15h15	Workshop – Sebrae
15h15 às 16 horas	Workshop – Prosoft
16 às 16h30	Workshop – Fenacon
16h30 às 17 horas	Intervalo
17 às 18h30	Palestra – Clóvis Tavares – “Magia Empresarial”. Quem é? Formado em Propaganda e Publicidade e mágica, especializou-se em <i>Advanced Marketing</i> pela State University of New York.
17 às 18h30	Encerramento e Sorteios

A secretaria e a Feira de Produtos e Serviços funcionarão, nos dias 22 e 23, das 13 às 18h30.

Fundada em 1599, capital potiguar tem rica história

Nascida sob o fio da espada do capitão-mor de Pernambuco, Manoel de Mascarenhas Homem, Natal foi surgindo em meio a lutas contra franceses e índios, após a esquadra comandada por ele ter aportado na foz do Rio Potengi.

A primeira providência foi construir uma fortificação, denominada Forte dos Reis Magos, e entregar o comando das operações terrestres a Jerônimo de Albuquerque. Em 25 de dezembro de 1599, exatamente dois anos após a chegada definitiva àquela costa, Albuquerque funda a cidade – batizada primeiramente como Cidade de Santiago –, hoje capital do Rio Grande do Norte.

Em 1633, Natal foi conquistada pelos holandeses da Companhia das Índias Ocidentais, passando a chamar-se Nova Amsterdam. A cidade permaneceu com esta denominação até quando tropas portuguesas, auxiliadas por brasileiros e índios aliados, expulsaram os invasores e restauraram o domínio de Portugal na região.

Com cerca de 720 mil habitantes, Natal tem no turismo sua principal fonte de renda. Cerca de 25% da população da cidade trabalha nessa atividade. Entre suas principais atrações turísticas estão as praias de Ponta Negra e Via Costeira, o Forte dos Reis Magos, o Teatro Alberto Maranhão, o Palácio da Cultura e o Palácio Felipe Camarão.



“Nosso sistema tributário é caro e complexo demais”

O ADVOGADO TRIBUTARISTA GILBERTO LUIZ DO AMARAL, PRESIDENTE DO IBPT, EXPLICA POR QUE A CARGA TRIBUTÁRIA É ELEVADA E DANOSA AO PAÍS

Sempre que o governo federal divulga a arrecadação de tributos, baixa alguma Medida Provisória ou Instrução Normativa, o advogado tributarista, contador e professor Gilberto Luiz do Amaral, presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), é logo procurado pela imprensa nacional para dar o seu parecer – apoiado em profundos estudos desenvolvidos nos mínimos detalhes – sobre os números oficiais, contrapondo o rugido cada vez mais alto do Leão.

A rotina deste paranaense de Curitiba, um dos mentores da Frente Brasileira que derrubou a MP 232, tem sido assim desde o último trimestre de 2002, quando começou a ser ouvido mais atentamente pela mídia. Na época, ele apresentou estudos em que contestava o aumento da carga tributária no governo de Fernando Henrique Cardoso e na gestão de Everaldo Maciel na Receita Federal.

Na entrevista a seguir, o tributarista fala do impacto da elevada carga tributária no bolso dos brasileiros e no dia-a-dia das empresas e ressalta que a complexidade do sistema tributário nacional, que não se resguarda de controles eficazes para conter o desvio de recursos – que chegariam a R\$ 200 bilhões por ano, segundo ele –, é um verdadeiro paraíso para os corruptos. Aos 44 anos, Amaral completará 20 anos de profissão em 2006. Ele é um dos palestrantes da 11ª Conescap.

Como o senhor avalia o cres-

cimento da carga tributária brasileira nos últimos anos?

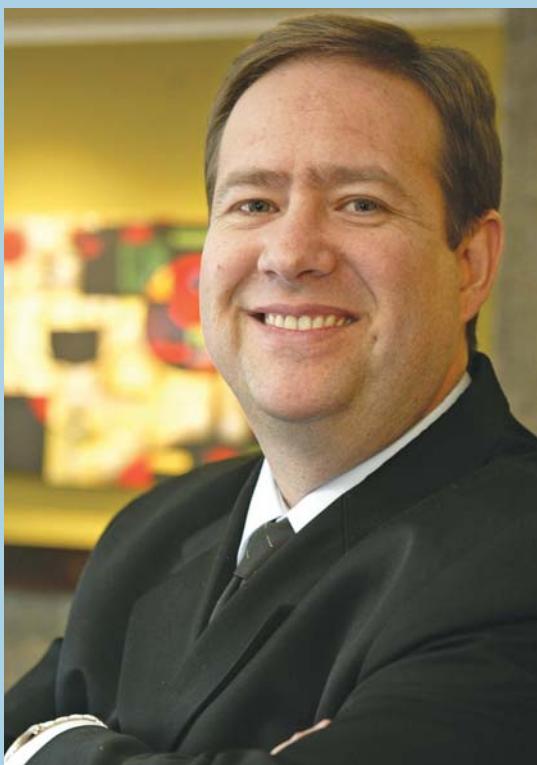
Gilberto Luiz do Amaral – Tem crescido sistematicamente. Em 1988, ela era de cerca de 20% sobre o Produto Interno Bruto (PIB). No ano passado fechou em 36,8%, enquanto no primeiro semestre deste ano já aumentou mais de um ponto percentual em relação ao PIB, em comparação com o primeiro semestre de 2004. Esta quase duplicação da carga tributária mostra que o Poder Público suga hoje do setor privado R\$ 350 bilhões a mais do que retirava no ano da promulgação da atual Constituição Federal (1988). Em 2004, o total da arrecadação tributária (federal, estaduais e municipais) foi de R\$ 650 bilhões, e em 2005, a previsão é que atinja R\$ 740 bilhões.

Desde a promulgação da Constituição, praticamente um quarto das 47 Emendas Constitucionais editadas tratam de modificações no sistema tributário brasileiro, para limitar os direitos dos cidadãos pagadores de tributos e criar ou majorar tributos. Tudo isto propiciou a edição de leis complementares e leis ordinárias que fizeram crescer de forma exponencial o custo tributário para os cidadãos e as empresas.

Mas o governo sempre nega o aumento da carga tributária.

Amaral – A apuração da carga tributária só é possível pela divulgação das arrecadações pelos governos federal, estaduais e municipais. O PIB é apurado pelo Instituto Brasileiro de

Foto: Rodolfo Burher/Gazeta do Povo



Geografia e Estatística (IBGE), que é uma entidade governamental. Portanto, os dados emanam do próprio governo. A negativa em reconhecer o aumento provém de uma manipulação de análise: não são consideradas as arrecadações de multas, juros e atualização monetária dos tributos recolhidos em atraso; não se consideram as arrecadações de contribuições compulsórias como as sindicais e as de entidades de fiscalização do exercício profissional. Assim, perto de R\$ 20 bilhões ao ano são desconsiderados, o que possibilita uma “análise” governamental menos impactante na opinião pública.

Quais são os tributos federais que têm maior impacto no crescimento da carga tributária?

Amaral – Não por acaso, são aqueles tributos que passaram por modificações legais, com a ampliação da base de cálculo ou das alíquotas. E todos eles ligados direta ou indiretamente com a seguridade social: Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), contribuições dos servidores públicos para a Previdência, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Programa de Integração Social (PIS). E isto demonstra ainda uma grande “saçanagem” com Estados e municípios, pois são contribuições não partilhadas com os entes federados.

Qual o reflexo da complexidade do sistema tributário na vida do cidadãos e das empresas?

Amaral – Este País tem o sistema tributário mais complexo e mais caro do mundo, em razão da quantidade de tributos exigidos da sociedade (pelos nossos estudos são 62); da quantidade de normas que regem este sistema: cerca de 3,2 mil desde

a Constituição Federal, além de leis complementares e ordinárias, medidas provisórias, decretos-leis, decretos, portarias, instruções, atos, etc.

Se impressas, totalizariam 5,5 quilômetros de normas que o contribuinte deve conhecer; pelo efeito cascata dos impostos e contribuições: tributos que incidem sobre ele mesmo nas várias etapas da produção ou circulação e tributo que incide sobre outro tributo, que incide sobre outro e assim sucessivamente; e por fim, em função do cumprimento de obrigações acessórias (burocracias) exigidas das empresas e pessoas: cerca de 95, entre declarações, fichas, guias, livros, etc.

Este “manicômio tributário” tem efeitos colaterais gravíssimos para o País: cerca de 40% do PIB está na informalidade e na sonegação e 11% está inadimplente perante o fisco. Caminhamos celeremente para a marginalização das empresas e dos negócios.

Qual a sua opinião sobre a criação da Super-Receita?

Amaral – Se fosse num país que respeitasse os direitos dos con-

tribuintes e tivesse a preocupação com aqueles que trabalham e produzem, eu seria favorável. No Brasil, todo aumento de poder do fisco resulta em maiores dificuldades para a geração de novos negócios e maturação dos já existentes. Infelizmente, não haverá maior racionalidade da burocracia estatal, a qual cria constantemente novas obrigações aos cidadãos.

A corrupção que está sendo apurada pelas CPIs tem relação com o nosso sistema tributário?

Amaral – O nosso sistema tributário possibilita uma excelente arrecadação para a União, para os Estados e municípios. E, como não há controles eficazes, aqueles que estão no poder se utilizam do dinheiro público para fins particulares.

A carga tributária brasileira poderia ser reduzida imediatamente em um terço (para cerca de 25% do PIB), se fosse possível zerar o desvio do dinheiro público. Estimo, que mais de R\$ 200 bilhões por ano são desviados de suas finalidades legais, através de superfaturamento, subtração dos cofres públicos e incorreta aplicação de recursos.



International Network of Accountants and Auditors - INAA

www.inaa.org

INAA, a leading international association of independent accounting firms, is actively seeking to recruit member firms in Brazil (except in Rio de Janeiro and São Paulo).

Potential applicants should be full service accounting firms with a need for and interest in national and international representation.

For details of how membership in INAA could benefit your firm, please contact:

**Lionel W. Newton, FCA
Rubinovich Newton LLP
Chartered Accountants**
**22 St. Clair Avenue East - Suite 1100
Toronto, Ontario M4T 2S3 - Canada**
**Tel: (416) 928-0022
Fax: (416) 928-9162
E-mail: lwn@catoronto.com**

Sociedades limitadas e a prestação de contas^(*)

GUY ALMEIDA ANDRADE (**)

O novo Código Civil brasileiro introduziu regras de prestação de contas dos administradores das sociedades limitadas aos seus sócios, fato que era negligenciado no ordenamento jurídico anterior e não induzia os gestores das sociedades limitadas às boas práticas de prestação de contas, quais sejam: escrituração contábil efetuada com zelo; ampla divulgação e transparência; separação dos interesses da empresa dos interesses dos gestores; e aprovação formal das contas por todos os sócios, em especial os não gestores.

Fato corriqueiro às companhias abertas, essa exigência se provou um desafio a alguns administradores que não estavam acostumados à prática salutar de prestação de contas. É fato que essa exigência será apenas uma formalidade para a maioria das sociedades limitadas, em que os sócios são também os administradores. Nesses casos, há que se tomar cuidado apenas com a formalização de certas decisões.

Todavia, para as sociedades mais complexas, em que existam sócios não envolvidos com a administração, ou sucessores de sócios fundadores, ou mesmo aqueles em que haja conflito entre os quotistas, essa exigência se prova fundamental para evitar problemas futuros, inclusive com riscos de eliminação da sociedade de sócio majoritário e processo de resarcimento por perdas e danos infligidos

Foto: Divulgação



dos pelo sócio administrador aos demais sócios.

O que presenciamos neste ano foi uma profusão de assembleias de sócios em número muito maior do que em anos anteriores. Em algumas delas, assistimos administradores que fizeram apresentação do desempenho da empresa no ano anterior, justificando problemas e explicando detalhes da operação da sociedade. Vimos casos em que os administradores apresentaram os planos para o exercício seguinte sustentados por orçamento e projeção de resultados.

Mas, por outro lado, também assistimos assembleias em que o administrador, pouco afeto à prestação de contas, tentou formalizar a aprovação de suas contas sem maiores explicações e está agora enfrentando ações na Justiça, o que, sem dúvida, vai desviar seu foco no negócio da empresa e possivelmente poderá comprometer o

resultado de próximos exercícios.

Dessas observações tiramos lições preciosas e algumas conclusões. A primeira é que a prestação de contas é fundamental para o bom clima que deve existir em qualquer tipo de sociedade. Sócios bem informados e conhecedores dos fatos que justificam o bom ou mau desempenho da sociedade não perdem o sono com dúvidas sobre a boa gestão de seu capital em mãos de terceiros. Ao contrário, concordam com sugestões que podem ajudar na solução de problemas e na continuidade dos negócios.

Outra constatação importante é que vários administradores democratizaram as informações relevantes entre todos os sócios e buscaram entender as principais razões para o desempenho da empresa, expondo os riscos e as virtudes do negócio em questão, transformando a assembleia em um fórum de troca de idéias sobre a condução dos negócios da empresa.

Claro ficou que os administradores que prestaram contas de maneira aberta se cercaram de cuidados com relação ao ambiente de controles internos da empresa. Esses gestores melhoraram seus sistemas de contabilidade e controles, criando condições para que a contabilidade produzisse demonstrações contábeis confiáveis e que representassem a posição patrimonial e financeira da sociedade, bem como o resultado de suas operações no exercício em avaliação.

Além disso, ao se preparam para explicar o desempenho da empresa e os detalhes dos saldos das demonstrações contábeis, esses administradores se certificaram da qualidade dos números apresentados, cuidando ainda mais para a boa prestação de contas.

As melhores assembléias foram aquelas em que os administradores, depois de terem suas contas amplamente discutidas e aprovadas, debateram sobre o futuro da sociedade, apresentando planos e projeções. Nesses casos, além de informar sobre os números da sociedade, os administradores formalizaram seus planos e dividiram com os demais sócios sua visão de futuro da empresa e a estratégia para se alcançar as metas impostas. Essa formalização, sem dúvida, representa uma boa prática administrativa e sua divulgação ajuda a alinhar o foco das demais pessoas envolvidas, aumentando as chances de sucesso do empreendimento e de felicidade dos sócios.

Há vários motivos para que o desentendimento se instaure nas sociedades, mas entre eles, sem dúvida, estão as disputas pelo poder e a postura ditatorial do líder da sociedade. Mas não resta dúvida de que a falta de informações e as informações incorretas instauram um ambiente de dúvidas e desconfiança, que culmina com os conflitos entre sócios e a dissolução da sociedade.

A prestação de contas é uma obrigação daqueles envolvidos com a administração de sociedades. Seu processo não deve ser uma formalidade, mas um incentivo para a criação de um bom ambiente de controles e de contabilidade. A prestação de contas é, também, a lembrança sempre presente de que o patrimônio da sociedade não se confunde com o de seus sócios e de que, para os sócios administradores, seus interesses pessoais não podem se sobrepor aos interesses da sociedade.

Além de desenvolver sistemas de negócios que funcionem, é desafio dos administradores de sociedades limitadas desenvolver sistemas de controles e de contabilidade que também funcionem. Nessa área, os cuidados devem se concentrar no estabelecimento de um fluxo interno de informações que garantam os controles e a confiabilidade de saldos na contabilidade. Isso também envolve a melhoria nos processos de aprovação de compras e gastos, nos controles de estoques, na aprovação das vendas, concessão de prazos e de preços e nos controles de tesouraria. Contabilidade bem organizada e com saldos corretos e conciliados ajudam a impedir processos de fraudes e de perpetuação de erros, que vão gerar dúvidas quanto à integridade do sócio administrador.

Também é importante que se invista em ferramentas de monito-

ramento de controles por meio de auditoria externa, que informe a administração sobre as fraquezas existentes e recomende melhorias nos processos. A existência de auditoria, com emissão anual do parecer dos auditores independentes sobre a qualidade das informações contidas nas demonstrações contábeis submetidas aos demais sócios, dá a todo corpo societário a tranquilidade necessária para que as contas possam ser aprovadas sem maiores problemas.

Num ambiente aprimorado, restará ao sócio administrador organizar suas assembléias anuais com a transparência e abrangência necessárias para a satisfação de todos os sócios.

Depois da rodada de assembléias havidas neste ano, com histórias de sucesso, mas também com casos de problemas, acreditamos que no ano próximo esse processo estará bastante melhorado, o que reduzirá o número de conflitos que existem em sociedades limitadas. O novo Código Civil modernizou e aprimorou a questão de prestação de contas nas sociedades limitadas, agora é só estar atento e cumprir com as regras.

(*) Publicado no jornal Valor Econômico de 19 de julho de 2005

(**) Guy Almeida Andrade presidiu o Ibracon Nacional na gestão 2002-04



FISCOSoft On Line - Informações Fiscais e Legais
Acesso Gratuito
por 7 dias!
www.fiscosoft.com.br/fenacon

Fone: (11) 3214-5800



26^a CIC colocará em discussão as pequenas e médias empresas

CONTABILISTAS DO BRASIL E DO EXTERIOR SE REUNIRÃO EM SALVADOR PARA DEBATER OS DESAFIOS E AS NOVIDADES DESSE SETOR DA ECONOMIA

A 26^a Conferência Interamericana de Contabilidade receberá representantes de mais de 15 países para debater os rumos das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) no Brasil e no exterior. O evento, promovido pela Associação Interamericana de Contabilidade (AIC) e organizado, no Brasil, pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), será realizado de 23 a 26 de outubro, em Salvador (BA). Nesse período, reunirá mais de 2 mil contabilistas nacionais e internacionais, que conhecerão as principais características, os desafios e as novidades desse segmento no mundo.

Ao todo, serão apresentados quatro painéis: “Por que Normas Contábeis para PMEs?”, “Normas Contábeis no Ambiente Nacional e Continental”, “Fator de Valorização das PMEs” e “Globalização e PMEs: Prestação de Serviços no Mundo Globalizado”.

Dos expositores que já confirmaram presença na 26^a CIC, destacam-se: o presidente da *International Federation of Accountants* (Ifac), Graham Ward (Inglaterra); o presidente da Associação Interamericana de Contabilidade (AIC), Leonardo Rodríguez (EUA); o ex-presidente do Comitê de Integração Latino Europa-América (Cilea), Oscar Montaldo (Uruguai); o dire-



tor de normas para as pequenas e médias empresas da *International Accounting Standards Boards* (IASB), Paul Pacter (Reino Unido); entre outras personalidades.

Sob o lema “Restaurar a Confiança Mediante a Transformação de Paradigmas Vitais”, eles discutirão a aplicação da Contabilidade na gestão dos negócios das pequenas e médias empresas, tanto no Brasil quanto no exterior. Além disso, serão apresentados os diferentes cenários que compõem o universo empresarial das PMEs em países cuja economia mantém-se

estável e naqueles que buscam um maior desenvolvimento.

A 26^a CIC, que garante 10 pontos ao conferencista no Programa Educação Profissional Continuada do CFC, reserva ainda outras atrações aos seus participantes, como o sorteio de um carro zero quilômetro (Ford Fiesta) para os conferencistas brasileiros, e de uma viagem a Paris para os estrangeiros.

O resultado dos trabalhos nacionais apresentados durante a 26^a CIC e premiados até a terceira colocação será divulgado ao final de todas as atividades do evento. Já no Jantar de Encerramento, a cantora baiana Margareth Menezes será a atração da noite, trazendo um show exclusivo para os conferencistas. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (61) 3314-9600 / 9608.

7º Congresso Interamericano de Professores da Área Contábil

O papel do professor de Contabilidade no cenário globalizado será discutido durante os dias 27 e 28 de outubro, por profissionais do Brasil, Estados Unidos, Paraguai, Chile, Porto Rico, México e de outros países. Trata-se do 7º Congresso Interamericano de Professores da Área Contábil, que também será realizado em Salvador.

Os docentes discutirão a realidade e os rumos do ensino das Ciências Contábeis no Brasil e no exterior, esperando contribuir com idéias sobre a formação do profissional da Contabilidade, as redefinições curriculares do curso de Ciências Contábeis, a universalidade do ensino e outros assuntos.



EXCLUSIVO



Registro 7

Domínio Registro é o único software do Brasil que informatiza e gerencia os processos de abertura e fechamento de empresas.

A Domínio Sistemas é a primeira empresa do mercado a desenvolver um software que informatiza todos os procedimentos necessários para o registro de uma empresa. DOMÍNIO REGISTRO, o novo módulo do Domínio Contábil Plus, agiliza e facilita a elaboração de contratos, alterações e distratos sociais em sua empresa de contabilidade, informatizando o preenchimento de todos os documentos envolvidos nesses processos.

Exclusividade que só os clientes da Domínio têm.

domínio
SISTEMAS

www.dominiosistemas.com.br
Informações comerciais: **0800 645 4004**

Seja você também um cliente da Domínio Sistemas. Venha conhecer nossos softwares nas convenções:



de 21 a 23 de Setembro



de 07 a 09 de setembro
em Santos-SP



de 14 a 16 de Setembro
em Pinhais-PR

Mais prazos à vista

RECEITA ESTUDARÁ ALTERAÇÃO NA MP 252 PARA PRORROGAR GRADUALMENTE OS PRAZOS DOS TRIBUTOS DO SIMPLES FEDERAL

A Frente Brasileira, a mesma que derrubou a Medida Provisória 232 e agora quer a ampliação dos prazos para o recolhimento de tributos, com a alteração de vários pontos da MP 252, a chamada “MP do Bem”, já pode contabilizar as primeiras vitórias.

O relator da MP, Custódio Mattos (PSDB-MG), propôs, no texto aprovado pela Câmara no dia 23 de agosto, a prorrogação em 10 dias do prazo para o pagamento dos impostos e contribuições federais incluídos no Simples. Ao todo, a MP recebeu 443 propostas de emenda.

Outra proposta é a redução de 24 para 18 meses do prazo para o abatimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O resarcimento dos créditos ou as compensações de empresas com a União só seriam efetivados após o cálculo dos débitos com a Receita.

Entretanto, dívidas parceladas até a data da publicação da legislação não seriam levadas em consideração para o cálculo, apenas novos parcelamentos, quando a União repassar o dinheiro aos empresários.

Mattos também alterou a regra relativa ao ganho de capital na venda de imóveis, que prevê a cobrança de 15% de Imposto de Renda. Pela proposta, haveria o aumento do redutor de incidência do IR de 0,35% para 0,6% ao mês entre 1996 e a data em que a MP virar lei. Nos meses seguintes, o redutor voltaria a 0,35%.

O relator, no entanto, acabou retirando o trecho que prorrogava



As lideranças entregam as propostas ao presidente da Câmara, Severino Cavalcanti

o prazo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Já a Receita concordou em aumentar os prazos do FGTS, dos tributos do Simples Federal e do Imposto de Renda Retido na Fonte. O secretário Jorge Rachid disse que as mudanças serão graduais, para não comprometer a arrecadação.

SUFOCO TRIBUTÁRIO

A grita dos empresários contra os curtos prazos acontece porque há anos esse sufoco tributário vem quebrando os setores produtivos, obrigando-os a buscar empréstimos a altas taxas de juros nos bancos, para cumprir seus deveres com o Leão. “Não faz sentido que as datas sejam tão exígues se o País não convive mais com a hiperinflação”, alegam.

A sugestão do movimento é que os prazos sejam esticados progressivamente, em até 12 meses (*leia mais no quadro da página 13*). Tal período é necessário para evitar que o fluxo de caixa da arrecadação seja afetado. Hoje, as empresas têm ape-

nas 26 dias para pagar tributos, enquanto o dinheiro dos negócios só entra no caixa em 53 dias.

Sobre as demais reivindicações, como a alteração nas datas de pagamento ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), a Receita informou que atualmente é impossível fazer tal mudança, por causa dos benefícios de aposentados e pensionistas, cujas datas sofreriam modificações.

Em relação ao PIS/Cofins, o fisco explicou que o sistema sofreria para cobrir financeiramente a lacuna deixada pelos novos prazos. Já em relação ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a Receita disse que a MP já amplia a data de recolhimento do imposto. Jorge Rachid se comprometeu a discutir novamente este tema.

As reivindicações da Frente Brasileira ganharam mais força no dia 2 de agosto, quando as principais reivindicações dos empresários foram entregues ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE). O documento havia sido recebido pelo

parlamentar no dia anterior, durante reunião com lideranças empresariais – entre elas os presidentes da Fenac, Carlos José de Lima Castro, e do Sescon-São Paulo, Antonio Marangon –, e com o deputado Custódio Mattos, em Brasília.

As propostas, que haviam sido alinhavadas pelas entidades no dia

11 de julho, foram enviadas ao Ministério da Fazenda e à Receita.

Mattos alterou também o artigo da MP 252 que trata da criação das turmas especiais nos Conselhos de Contribuintes pela Fazenda. As turmas passaram a ser permanentes e poderão julgar causas de pequeno valor.

O presidente do IBPT, Gilberto

Luiz do Amaral, afirma que a MP 252 só alterou em três dias os prazos da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e do IRRF (de semanal para mensal). “Entretanto, esses tributos têm pouco reflexo no caixa das empresas”, argumenta.



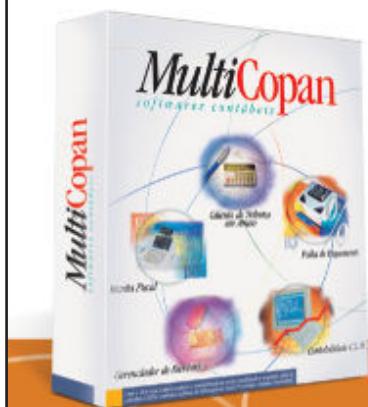
PROPOSTAS PARA AMPLIAR PRAZOS DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS

	PRAZO ATUAL	PRAZO SOLICITADO
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	Dia 7 do mês subsequente ao fato gerador	Último dia útil do mês subsequente ao fator gerador
Contribuições ao INSS	Segundo dia do mês subsequente ao fato gerador	Último dia da primeira quinzena do mês subsequente ao fato gerador ou retenção na fonte
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	Terceiro dia útil da semana subsequente ao fato gerador	Dia 20 do mês subsequente ao fato gerador, adiando-se para o primeiro dia útil subsequente, quando necessário
Contribuição das empresas optantes pelo Simples	Dia 10 do mês subsequente ao fato gerador	Dia 20 do mês subsequente ao fato gerador, adiando-se para o primeiro dia útil subsequente, quando necessário
PIS/Cofins	Dia 15 do mês subsequente ao fato gerador	Último dia útil do mês subsequente ao fato gerador
IPI	Variável	Último dia útil do mês subsequente ao fato gerador

Sua empresa 5 vezes mais ágil.



MultiCopan



Com cinco softwares contábeis, o **MultiCopan** vai acelerar os negócios de sua empresa. A contabilidade de sua empresa vai trabalhar com velocidade e eficiência de sobra. Os 5 sistemas são integrados: Folha de Pagamento, Escrita Fiscal, Contabilidade C.I.M., Cálculo de Tributos em Atraso, Gerenciador de Escritório.



0800-7702040

SP: Campinas, Praia Grande, Santo André, São José do Rio Preto, São Paulo e Sorocaba. ES: Vitória. AP: Macapá

Nova versão da GFIP

GUIA DE RECOLHIMENTO DO FGTS É ALTERADA E PASSA A VALER NESTE SEGUNDO SEMESTRE. SAIBA QUAIS FORAM AS MODIFICAÇÕES.

A Secretaria da Receita Previdenciária – que se fundiu no dia 15 de agosto com a Receita Federal (*confira matéria nas páginas 26 e 27*) – modificou, neste segundo semestre, a Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), por meio da versão 8.0 do Sefip. A alteração foi realizada para que o sistema fosse aprimorado, dando mais agilidade aos serviços.

O coordenador-geral de Administração da Receita Previdenciária, Carlos Alberto Mees Stringari, disse que são entregues mensalmente cerca de 3,5 milhões de GFIPs, sendo uma por estabelecimento e contendo os dados de todos os segurados (empregados, empresários e autônomos).

Na entrevista a seguir, ele fala sobre as mudanças na GFIP, inclusive ressaltando que a fusão entre as Receitas Federal e Previdenciária não alterará, por enquanto, os serviços prestados aos contribuintes.

Por que a Receita Previdenciária decidiu modificar a GFIP?

Stringari – A GFIP foi implementada em 1999 com dois objetivos: agilizar e dar segurança na concessão de benefícios e aumentar o controle da arrecadação de contribuições previdenciárias. No modelo atual, esses objetivos não

Foto: Divulgação



Stringari afirma que a GFIP Única dará mais agilidade aos procedimentos

estavam sendo plenamente atendidos. Além disso, a GFIP é uma obrigação acessória, e como exigimos isto das empresas, temos de facilitar o seu preenchimento e entrega. A mudança foi pensada por este motivo.

Que vantagens a nova GFIP traz aos contribuintes?

Stringari – Possibilidade de retificação eletrônica, atualmente realizada apenas em meio papel; unificação dos códigos de recolhimento, facilitando seu preenchimento; segurança no processo de entrega da declaração; desvinculação da entrega da GFIP com o recolhimento do FGTS, entre outras.

CONFIRA A SEGUIR A ÍNTEGRA DO INFORMATIVO PUBLICADO PELA SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA SOBRE AS ALTERAÇÕES NA GFIP

1 – GFIP Única

Para um determinado CNPJ/CEI, numa mesma competência, teremos so-

mente uma única GFIP válida, associada ao conceito de chave adotado pela Previdência Social.

Em que grau, o fato de ela ser única dará mais agilidade à Receita Previdenciária?

Stringari – A Receita Previdenciária terá os dados atualizados em seus sistemas em menos de 10 dias (prazo da Certidão Negativa de Débitos). Atualmente, esse procedimento leva em torno de 45 dias. Com a retificação eletrônica, diminuirão os erros das empresas, permitindo que as informações sejam confiáveis. Havendo uma única GFIP válida para a empresa, a Receita Previdenciária poderá identificar a inadimplência (valores declarados e não recolhidos) com mais rapidez e segurança, permitindo a implementação da cobrança automática desses valores.

O senhor acredita que os contribuintes terão dificuldades para se adaptar?

Stringari – Não, pois em todo este processo de mudança procurou-se gerar o mínimo impacto para as empresas, tanto que a alteração no layout de folha de pagamento – utilizado pelas empresas que fazem validação da folha (cerca de 90%) –, foi muito pequena. Este novo modelo será de fácil adaptação pelas empresas, principalmente em razão da possibilidade de retificação eletrônica, uma antiga solicitação das empresas.

Considerando que um estabelecimento, numa mesma competência, pode estar obrigado a entregar GFIP

distintas por FPAS, por Código de Recolhimento, por Tomador de Serviço, ou por Processo Trabalhista, criou-se o conceito de chave para a Previdência Social.

Não poderá haver mais de uma GFIP, de um mesmo CNPJ/CEI, numa mesma competência, quando a única diferença se referir a informações que não alterem a Chave, tais como o setor/departamento de trabalho, a origem da verba utilizada para pagamentos dos trabalhadores, centro de custo, dentre outros.

Significa dizer que para cada CNPJ(XX.XXX.XXX/0001-XX, 0002-XX, etc.) deverá ser entregue, numa competência, apenas uma GFIP, relacionando neste documento, conforme o caso:

- a) servidores vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) com FGTS - categorias 1 e 7;
- b) servidores vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) sem FGTS - categorias 12, 19, 20 e 21;

c) contribuintes individuais (trabalhadores autônomos) - categorias 13 e 15;

d) valores pagos a cooperativas de trabalho;

e) valor da aquisição de produto rural de pessoa física;

f) valor de patrocínio a clube de futebol profissional.

Obs.: Conforme Portaria Interministerial MPS/MTE nº 227, de 25 de fevereiro de 2005, desde março de 2005 a entrega da GFIP somente pode ser feita via Internet, através do sistema Conectividade Social, disponibilizado pela Caixa.

2 – Chave da GFIP

A Previdência Social utilizará um conjunto de informações de cada GFIP, de acordo com o Código de Recolhimento, para identificá-la e diferenciá-la de outra GFIP. Esse conjunto de informações será a Chave da

GFIP. Para cada Chave, teremos uma única GFIP válida.

O conceito de chave terá importância fundamental na operacionalização do Novo Modelo da GFIP. Como regra geral, comparando-se duas GFIP, havendo diferença em uma ou mais informações que compõem a Chave, as duas GFIP serão consideradas válidas pela Previdência.

Por outro lado, comparando-se duas GFIP, se as informações que compõem a chave forem iguais, a GFIP entregue por último poderá:

- a) substituir a anterior (retificação); ou
- b) ser tratada como declaração em duplicidade.

A diferenciação entre retificação e duplicidade dependerá, como veremos, do Número de Controle.

A chave da GFIP será composta pelas seguintes informações, conforme o código de recolhimento:



Produza mais com o software Integratto Contábil



Veja demonstração online em
www.nasajon.com.br

CONTABILIDADE

- Acesso a exercícios anteriores.
- Segunda moeda.
- Plano de contas contábil e gerencial.
- Gráfico de orçado/realizado.
- Controle de patrimônio.
- DOAR/LALUR.

ESCRITA FISCAL

- Lançamentos fiscais de ajustes.
- Emissão do REMAS e RAPIS.
- Exportação para o SINTEGRA.

FOLHA DE PAGAMENTO

- RAIS, DIRF, CAGED GFIP e outros.
- Ficha com foto do funcionário.
- Rápida inserção de folhas anteriores.

RECURSOS HUMANOS

- Recrutamento, seleção e treinamento.
- Avaliação de desempenho e benefícios.



NASAJON
SISTEMAS

www.nasajon.com.br - Rio de Janeiro: (21) 2213-9310 - Demais localidades: 0800 217070

Códigos de Recolhimento			
Chave	115, 150, 155, 211	130, 135, 608	650
	CNPJ/CEI do	CNPJ/CEI do	CNPJ/CEI do empregador
	Competência	Competência	Competência
	FPAS	FPAS	FPAS
	Código de Recolhimento	Código de Recolhimento	Código de Recolhimento
		CNPJ/CEI do Tomador	Número do processo Vara/Período

3 – Número de Controle (Checksum)

O Número de Controle, também chamado de checksum, é um código 16 de posições, composto de letras, algarismos e sinais aritméticos (+, /) que identifica uma GFIP. Na sua composição são consideradas todas as informações de interesse da Previdência Social, que constam na GFIP. Os campos de interesse exclusivo do FGTS não interferem em sua geração.

Se o contribuinte entregar uma nova GFIP sem alterar nenhum dado relacionado à Previdência Social, o número de controle será o mesmo.

Considerando a entrega de uma nova GFIP, com a mesma chave de outra GFIP existente, a Previdência irá distinguir através do número de controle, se é caso de retificação ou duplicidade.

Assim, considerando duas GFIP com a mesma Chave:

a) haverá retificação quando os respectivos números de controle forem diferentes (a última GFIP substitui a anterior);

b) ocorrerá duplicidade quando os respectivos números de controle forem iguais (a GFIP existente não será substituída).

Já implantado, o Número de Controle é gerado pelo Sefip, desde a versão 7.0, no fechamento do movimento e impresso nos relatórios RE, REC e RET, que compõem a GFIP.

4 – Códigos de Recolhimento

Os códigos de natureza declaratória serão extintos, permanecendo apenas os códigos de natureza de recolhimento. A partir da versão 8.0 do Sefip existirão apenas os códigos abaixo, que deverão ser utilizados mesmo quando não houver recolhimento de FGTS:

115 – situações em geral

130 – trabalhadores avulsos portuários

135 – trabalhadores avulsos não portuários (código novo)

150 – cessão de mão-de-obra e empreitada parcial

155 – empreitada total

211 – cooperados que prestam serviços por intermédio de cooperativa de trabalho (código novo)

608 – dirigente sindical

650 – reclamatória trabalhista

Nota: Existirão ainda outros códigos de recolhimento, porém, de interesse exclusivo do FGTS.

5 - GFIP Retificadora

A retificação será efetuada mediante a entrega de nova GFIP (GFIP retificadora) que irá substituir a GFIP incorreta. A retificação será processada considerando o conceito de chave, ou seja, uma nova GFIP irá substituir a anterior desde que ambas tenham a mesma chave e números de controle (checksum) diferentes.

Os atuais formulários retificadores (RDE, RDT, RDT Coletiva e RRD) deixarão de ser utilizados, inclusive para as GFIP geradas em versões anteriores ao Sefip 8.0.

A GFIP retificadora deverá conter:

a) dados corretos da GFIP anterior;

b) dados incorretos da GFIP anterior, devidamente retificados;

c) dados acrescentados, os quais não constaram da GFIP anterior. (ex.: trabalhadores não informados, valor pago à cooperativa de trabalho, etc.)

Nota: A GFIP retificadora não deverá conter dados informados indevidamente na GFIP anterior.

Acaba o conceito atual de GFIP complementar. A partir do novo modelo da GFIP, no caso de omissão de informações, deverá ser enviada uma GFIP retificadora, observado o conceito de Chave, contendo sempre os dados informados anteriormente mais as novas informações. Caso a informação omitida se refira à Chave dife-

rente daquela constante de GFIP já entregue, deverá ser enviada uma GFIP para a Chave correspondente à informação omitida, contendo apenas os dados relativos a esta chave.

A retificação de GFIP de competências anteriores à implantação do novo modelo da GFIP também será efetuada mediante a entrega de nova GFIP, porém, sem observar o conceito de chave. Nesse caso, todas as GFIP e formulários retificadores existentes, de uma determinada competência, exceto as GFIP de trabalhadores avulsos não portuários e de Reclamatória Trabalhista, serão substituídas.

6 – Pedido de Exclusão de GFIP

Em situações específicas, uma nova GFIP não substituirá a GFIP incorreta, sendo necessária a entrega de um Pedido de Exclusão. O Pedido de Exclusão de uma GFIP será necessário nos seguintes casos:

a) quando a retificação envolver a alteração de informação que compõe a chave (uma GFIP não substitui outra quando as chaves forem diferentes);

b) quando houve entrega de GFIP contendo informações, quando deveria ter sido entregue a GFIP sem movimento.

O Pedido de Exclusão será feito no próprio Sefip, na tela Abertura do Movimento, opção Exclusão, sendo gerado um arquivo SEFIPCR.RE que deverá ser enviado via Conectividade Social. O Sefip emitirá apenas um Comprovante de Solicitação de Exclusão de GFIP, que deverá ser guardado pelo prazo legalmente previsto.

Importante: na hipótese de substituição de uma GFIP contendo informações por outra sem movimento (item “b” acima), é necessário observar a ordem de envio dos arquivos. Primeiramente deve-se enviar o Pedido de Exclusão da GFIP incorreta. A GFIP sem movimento deverá ser enviada somente após o pedido de exclusão.

7 – Mais informações sobre o novo modelo da GFIP

A Secretaria da Receita Previdenciária (SRP) está divulgando na Internet, informativos sobre o novo modelo da GFIP, no seguinte endereço: www.previdencia.gov.br/Empregador/GFIP/Informativos-do-Novo-Modelo-da-GFIP.

Um primeiro ano de muitas realizações

ATUAL DIRETORIA COMPLETA OS PRIMEIROS 12 MESES DE GESTÃO E COMEMORA OS RESULTADOS ALCANÇADOS EM PROL DOS SINDICATOS FILIADOS, DOS EMPRESÁRIOS CONTÁBEIS E DOS CONTRIBUINTES. CONFIRA A SEGUIR OS DEPOIMENTOS DO PRESIDENTE CARLOS JOSÉ DE LIMA CASTRO E DE SUA DIRETORIA.

Ao assumirmos a presidência da Fenacon, no dia 1º de julho de 2004, tínhamos pleno conhecimento dos desafios que iríamos enfrentar, dada a experiência que acumulamos ao longo de 14 anos de trabalhos realizados para o Sescon-São Paulo, sendo que nos últimos seis anos exercei os cargos de vice-presidente e presidente.

Uma Entidade nacional composta por uma diretoria oriunda de 10 diferentes Estados, que estatutariamente somente se reúne uma vez por mês, precisava de mecanismos ágeis para não emperrar as rotinas diárias. Optamos, então, por delegar aos vice-presidentes regionais a coordenação dos Sindicatos de sua região, inclusive dotando-os de verbas orçamentárias próprias, sob a coordenação do vice-presidente Institucional.

Concomitantemente, passamos a homologar as demais ações diretamente com os diretores de cada pasta: Administrativo, Financeiro, Eventos, Assuntos Legislativos e do Trabalho e Relações Institucionais e Tecnologia, ratificando tais decisões nas reuniões colegiadas, quando assim se fizesse necessário.

Como a Fenacon não produz renda própria, temos como claro objetivo o fortalecimento dos 37 Sindicatos que atualmente compõem a nossa base, criando o Projeto Estruturar e fomentando parcerias nacionais, dinamizando o cadastro de filiados e associados, aprimorando procedimentos internos e normatizando procedimentos de gestão.

Por fim, estruturamos um programa denominado Fóruns de Defesa do Setor de Serviços, estadualmente, para que possamos fortalecer o Núcleo Parlamentar de Estudos Contábeis, que representa o braço político da nossa Entidade.

Foto: L. Martinez



BALANÇO: DIRETORES DA FENACON ANALISAM AS



**VALDIR PIETROBON
(PARANÁ)**
VICE-PRESIDENTE
INSTITUCIONAL

Foi um ano em que mostramos aos Sindicatos filiados a importância deles para o Sistema – pois toda a receita da Fenacon vem dessas entidades – e implantamos o Projeto Estruturar – criado para ajudar os Sindicatos na parte de sistemas de informática e recursos humanos, etc. Também nos reunimos com os presidentes de todas as regiões para explicar o que a Fenacon tem feito em prol dos Sindicatos.

Até o final desse mandato, esperamos que os Sindicatos estejam estruturados para prestar os melhores serviços e desejamos também elaborar um cadastro para quantificar os nossos representados, a fim de sabermos quais serviços podemos colocar à disposição deles.

**JOSÉ GERALDO LINS
DE QUEIRÓS
(PERNAMBUCO)**
VICE-PRESIDENTE
REGIÃO NORDESTE



Devido aos ajustes do orçamento e à implantação do novo sistema de gestão, encontramos algumas dificuldades, porém avançamos muito no entrosamento com os Sindicatos da Região Nordeste. As minhas perspectivas para o segundo ano de gestão são muito boas. Acredito ser possível dar autonomia e condições financeiras aos vice-presidentes regionais, para desenvolverem os seus Sindicatos e estruturar aqueles que ainda não tiveram condições de fazê-lo. Na minha região, pretendo consolidar o crescimento dos Sindicatos em 50%, até o término do nosso mandato.

**SAURO HENRIQUE DE
ALMEIDA
(MINAS GERAIS)**
VICE-PRESIDENTE
REGIÃO SUDESTE



A Fenacon fez importantes progressos no fortalecimento dos Sindicatos, criando, por exemplo, o Projeto Estruturar. Foi a forma de ajudá-los a encontrar condições para prestar serviços melhores aos associados, aumentando assim a sua arrecadação. A atuação dos vice-presidentes regionais, promovendo reuniões em suas regiões, foi outro destaque. Levantamos os problemas e buscamos soluções para dinamizar as decisões da Fenacon. Este é o caminho para a Federação aumentar sua atuação nas bases.



**RENATO FRANCISCO TOIGO
(RIO GRANDE DO SUL)**
VICE-PRESIDENTE
REGIÃO SUL

O trabalho realizado na Região Sul está surtindo o efeito desejado. Estamos cumprindo o calendário de reuniões regionais estabelecido quando da primeira ACR desta diretoria. Já fizemos

três reuniões entre esses presidentes, uma em Florianópolis (SC), em fevereiro, uma em Curitiba (PR), em abril, e outra em Joinville (SC), em junho. Além de analisarmos os pontos a serem discutidos com a Fenacon, sempre promovemos uma palestra sobre as atividades do Sindicato organizador, para servir de subsídio para as demais entidades. Neste segundo ano de gestão, queremos prosseguir com os encontros para fortalecer os Sindicatos.

**LAÉRCIO JOSÉ JACOMÉLLI
(MATO GROSSO DO SUL)**
VICE-PRESIDENTE
REGIÃO CENTRO-OESTE



Neste primeiro ano da nova gestão, a Federação estabeleceu uma nova visão institucional, com a participação efetiva e descentralizada dos Sindicatos filiados. A Entidade teve destaque ao defender os interesses do empresariado contra as ações truculentas do fisco e do Judiciário. A diretoria está organizando seus registros e melhorando a comunicação entre os Sindicatos. Acredito que a proposta da reforma sindical, se aprovada, exigirá dos Sindicatos um trabalho forte, e a Fenacon deverá oferecer subsídios e informações de forma organizada, como é o exemplo brilhante do Projeto Estruturar.

**CARLOS ALBERTO DO
REGO CORREA
(PARÁ)**
VICE-PRESIDENTE
REGIÃO NORTE



A Região Norte está contribuindo para o fortalecimento do Sistema Fenacon. Neste primeiro ano de gestão, atuamos para descentralizar as decisões e dar mais autonomia aos Sindicatos filiados. A Entidade também vem sendo destaque na defesa dos contribuintes e do setor de serviços. A diretoria está criando novos modelos de controles internos, para efetivar uma maior comunicação entre os Sindicatos. Desde 2005, os Sindicatos da Região Norte estão procurando se desenvolver mais, e espero que em 2006 todos alcancem seus objetivos. Estamos trabalhando para atingir essas metas.

REALIZAÇÕES PROMOVIDAS POR SUAS PASTAS



**ANTÔNIO GUTENBERG
MORAIS DE ANCHIETA
(DISTRITO FEDERAL)**
DIRETOR ADMINISTRATIVO

Essa diretoria tem trabalhado muito em prol da Entidade, não só na administração de pessoal, como também no acompanhamento de assuntos administrativos dos Sindicatos filiados. Existe harmonia entre todas as partes: diretores, Sindicatos, funcionários, colaboradores, parceiros, terceirizados e prestadores de serviços.

Para os próximos dois anos, além de implementarmos as normas de gestão e o Sistema TCS, buscaremos minimizar custos e otimizar as tarefas. Esta diretoria deseja cooperar e dar suporte à Fenacon, para aperfeiçoar o seu trabalho e expandir todo o Sistema.

**ROBERTO WUTHSTRACK
(SANTA CATARINA)**
DIRETOR FINANCEIRO



Entre nossas diversas ações, melhoramos os controles internos da Entidade, concluindo a implantação do controle do fundo fixo de caixa integrado, do sistema de controle de compras e do sistema de controle do Patrimônio. Colocamos em dia nosso sistema interno de Contabilidade, implantamos um controle bancário mais apurado e otimizamos o controle e cobrança dos balancetes trimestrais dos Sindicatos filiados. Para o próximo ano, queremos concluir o acompanhamento orçamentário *on-line* (com mudança de Plano de Contas) e o fluxo de caixa completo. Temos certeza que todos os esforços feitos pela Entidade trarão resultados positivos para toda a base.



**CARLOS ROBERTO
VICTORINO
(SANTA CATARINA)**
DIRETOR DE EVENTOS

Após a posse desta nova diretoria, em 2004, acompanhamos os Enescaps em andamento, ajudando e orientando na organização de cada um deles. Iniciamos, simultaneamente, o acompanhamento e a coordenação da 11ª Conescap, juntamente como o Sescon-Rio Grande do Norte. Para os próximos 12 meses, espero a implantação de um projeto nacional, em parceria com o CFC, para incrementar a educação continuada em todos os Estados. Nossa intenção é ajudar no treinamento e no desenvolvimento dos empresários do setor de serviços e dos profissionais filiados aos Sindicatos e aos CRCs.

**NIVALDO CLETO
(SÃO PAULO)**
DIRETOR DE TECNOLOGIA
E NEGÓCIOS



Os destaques desse primeiro ano de gestão foram a incansável atuação da Entidade na defesa da sociedade, a participação ativa no Ministério do Desenvolvimento para simplificar o processo de abertura, manutenção e baixa de empresas e o movimento para inclusão dos prestadores de serviços no Simples. Para os próximos anos, continuaremos defendendo nossos representados e atuando nas discussões com as autoridades tributárias. Desejamos ainda implementar um programa de treinamento a distância via Satélite ou via *Internet*, para os Sindicatos e seus associados.

**APARECIDA TEREZINHA
FALCÃO
(SÃO PAULO)**
DIRETORA DE ASSUNTOS
LEGISLATIVOS E DOTRABALHO



A Diretoria de Assuntos Legislativos e Trabalho pautou-se, neste primeiro ano de gestão, pela defesa da sociedade contra o aumento abusivo de impostos. A ação de mais destaque foi a atuação da Fenacon e das demais entidades na derrota da MP 232. Também elaboramos um Plano de Ação Parlamentar para acompanharmos as proposições legislativas em andamento no Congresso Nacional. Para o próximo ano, pretendemos consolidar o Núcleo Parlamentar de Estudos Contábeis e Tributários, com a instalação dos Fóruns de Defesa do Setor de Serviços nos Estados. Vamos pressionar Câmaras de Vereadores, Assembléias Estaduais e o Congresso Nacional a não votarem novas leis que criem ou majorem impostos.

**URUBATAM A. RIBEIRO
(CEARÁ)**
DIRETOR DE RELAÇÕES
INSTITUCIONAIS



No decorrer deste primeiro ano de trabalho desenvolvido na diretoria da Fenacon, conseguimos consolidar institucionalmente alguns Sindicatos, cujos processos de registro sindical, no Ministério do Trabalho e Emprego, se encontravam pendentes de regularização e/ou aprovação. Também acompanhamos as alterações estatutárias da Federação e dos Sindicatos. Projetamos para um futuro próximo a preparação do Sistema Fenacon para a reforma sindical, fortalecendo a nossa atuação e representatividade nas bases.

Redesim: mais um passo rumo à desburocratização

Foto: L. Martinez



Antônio Sérgio Martins Mello (Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), Getúlio Valverde Lacerda (DNRC), Valdir Pietrobon e Nivaldo Cleto (Fenacon), João Carlos Monte Negro (Junta Comercial do DF) e Ismar Ferreira da Costa Filho (MDICE)

O movimento pela desburocratização dos procedimentos para a legalização e baixa de empresas, que tem à frente a Classe Contábil, está indo de vento em popa. O passo mais recente foi a entrega das sugestões oriundas da consulta pública ao anteprojeto de lei que cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) ao secretário do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Antônio Sérgio Martins Mello.

O anteprojeto altera as normas de abertura, manutenção e baixa de empresas. O documento, oriundo de sugestões enviadas por entidades e profissionais interessados, foi entregue ao Ministério por repre-

sentantes da Fenacon e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no último dia 23 de junho.

Na ocasião, Mello destacou que simplificar os procedimentos de abertura e baixa de empresas é prioridade para a Secretaria do Desenvolvimento da Produção e para o Ministério. Na opinião do secretário, é necessário conscientizar a sociedade sobre a necessidade de aprovação da lei. Ele ainda propôs que representantes das entidades contábeis participassem das próximas reuniões com os representantes do governo para a conclusão desse anteprojeto.

O vice-presidente Institucional da Fenacon, Valdir Pietrobon, que representou o presidente Carlos José de Lima Castro, ressaltou que as entidades representativas dos empresários contábeis

estão à disposição para participar de todas as discussões para aprovação da lei. “A aprovação deste projeto é fundamental para todos os empresários brasileiros e, principalmente para o nosso setor, que representa 95% dos usuários desse sistema”, argumentou.

Participaram ainda da audiência, o diretor de Tecnologia e Negócios, Nivaldo Cleto, o diretor do Departamento Nacional de Registro e Comércio (DNRC) Getúlio Valverde de Lacerda, o presidente da Junta Comercial do Distrito Federal, João Carlos Montenegro, e o vice-presidente de Administração do CFC, Antônio Carlos Dóro, acompanhado da conselheira da Câmara de Assuntos Gerais do CFC Silvia Mara Leite Cavalcante.

(*Texto de Marilda Bezerra*)

Abaixo, a reprodução do ofício sobre o Redesim enviado pela Fenacon ao Ministério do Desenvolvimento

 <p>FENACon Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Microempresários, Pequenas, Intermediárias e Pessoais</p> <p>Ofício nº 095/2005 Brasília, 23 de junho de 2005.</p> <p>Exmo. Doutor Antônio Sérgio Martini Mello M.D. Secretário do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento. Coordenador do Grupo de Trabalho para a Simplificação do Registro e Legalização de Empresas.</p> <p>Senhor Secretário,</p> <p>A Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Pesquisa, Informações e Previsão - FENACon e o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que representam 99% dos usuários dos órgãos envolvidos em abertura, legalização e baixa de empresas, ficamos gostaríamos de informar o poder executivo pela iniciativa de elaboração e apresentação deste projeto de lei, especialmente os artigos oitavo e nono, há tanto tempo desejado por toda a sociedade empresarial brasileira.</p> <p>Após pesquisas e análise do anteprojeto de lei que estabelece diretrizes para a simplificação e integração do processo de registro, legalização e baixa de empresas e o Conselho Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM, junto aos sindicatos filiados, empresas representadas e profissionais contábeis em todo o território nacional, apresentamos a seguir as sugestões obtidas na consulta pública efetuada.</p> <p>a) A FENACon e o CFC, na qualidade de representantes dos maiores usuários desses processos, solicitam a participação na composição Comitê Gestor da REDESIM, proposto no parágrafo único do Art. 2º, que nas manifestações recebidas, em função da consulta pública efetuada, foi considerado a peça-chave para o bom funcionamento deste projeto.</p> <p>b) Redução do prazo previsto no parágrafo 2º do Art. 4º, de dezessete para doze meses.</p> <p></p>	 <p>FENACon Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Microempresários, Pequenas, Intermediárias e Pessoais</p> <p>c) Alterar o parágrafo 2º do art. 14º, que passaria a ter a seguinte redação: "Poderão fazer parte das Centrais de Atendimento Empresarial FÁCIL, na qualidade de parceiros, as entidades representativas das microempresas, empresas de pequeno porte, organizações profissionais contábeis, contabilistas e outras entidades da sociedade civil que tenham como foco principal de atuação o apoio e a orientação empresarial".</p> <p>d) Inclusão de artigo definindo um id número de controle, novo e neutro em relação a todos os órgãos e entidades, que poderia ser denominado NÚMERO ÚNICO EMPRESARIAL – NUE, para as empresas em todas as esferas públicas, concedendo um prazo para implementação de 18 (dezesseis) meses, para as novas empresas constituídas e de 60 (sessenta) meses para as empresas já existentes.</p> <p>e) Inclusão de artigo definindo prazo máximo para que os órgãos públicos executem ou atendam os procedimentos requeridos.</p> <p>f) Inclusão de artigo eliminando a exigência de reconhecimento de assinaturas e autenticação de cópias de documentos.</p> <p>g) Inclusão de artigo abolindo a autenticação prévia de livros fiscais, contábeis e comerciais, exigindo-se apenas os termos de abertura e encerramento com assinatura do responsável legal pela empresa e pelo profissional contábil responsável.</p> <p>h) Inclusão de artigo estabelecendo que todas as Juntas Comerciais deverão utilizar o SIARCO – Sistema de Automação do Registro do Comércio para a uniformização dos seus procedimentos operacionais e para a prestação de serviços integrados.</p> <p>i) Inclusão de artigo eliminando a cobrança pelas Juntas Comerciais da consulta prévia de nome empresarial.</p> <p>j) Inclusão de artigo estabelecendo que a partir da oficialização da comunicação de paralisação definitiva ou temporária das atividades empresariais ao Órgão de Registro Mercantil, a empresa ficará automaticamente isenta e/ou dispensada da entrega de obrigações acessórias, visando estimular a baixa de milhões de empresas que</p> <p></p>	 <p>FENACon Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Microempresários, Pequenas, Intermediárias e Pessoais</p> <p>ocupam espaço desnecessário como ativas nos cadastros dos diversos Órgãos Regulatórios, não se defendendo aqui a anistia dos débitos tributários eventualmente existentes. O referido Órgão comunicará aos demais integrantes da REDESIM sobre a paralisação.</p> <p>A FENACon e o CFC, representando 70.000 empresas contábeis e mais de 340.000 mil contabilistas, acelera com entusiasmo esta iniciativa do governo pela busca de soluções conjuntas envolvendo a sociedade civil como um todo através da consulta pública, no sentido de melhorar o quadro atualizador que, dentre outros malefícios, está empurrando a economia brasileira para a informalidade.</p> <p></p>
--	---	--

CONFIRA AS SUGESTÕES OBTIDAS DURANTE A CONSULTA PÚBLICA

- Participação da Fenacon e do CFC, na qualidade de representantes dos maiores usuários desses processos, na composição do Comitê Gestor da Redesim, proposto no parágrafo único do art. 2º, que nas manifestações recebidas, em função da consulta pública efetuada, foi considerado a peça-chave para o bom funcionamento deste projeto

- Redução do prazo previsto no parágrafo 2º do art. 4º, de 18 para 12 meses

- Alteração do parágrafo 2º do art. 14º, que passaria a ter a seguinte redação: "Poderão fazer parte das Centrais de Atendimento Empresarial FÁCIL, na qualidade de parceiros, as entidades representativas das microempresas, empresas de pequeno porte, organizações profissionais contábeis, contabilistas e outras entidades da sociedade civil que tenham como foco principal de atuação o apoio e a orientação empresarial."

- Inclusão de artigo definindo

um só número de controle, novo e neutro em relação a todos os órgãos e entidades, que poderia ser denominado NÚMERO ÚNICO Empresarial (NUE), para as empresas em todas as esferas públicas, concedendo um prazo para implantação de 18 meses para as novas empresas constituídas e de 60 meses para as empresas já existentes

- Inclusão de artigo definindo prazo máximo para que os órgãos públicos executem ou atendam os procedimentos requeridos

- Inclusão de artigo eliminando a exigência de reconhecimento de assinaturas e autenticação de cópias de documentos

- Inclusão de artigo abolindo a autenticação prévia de livros fiscais, contábeis e comerciais, exigindo-se apenas os termos de abertura e encerramento com assinatura do responsável legal pela empresa e pelo profissional contábil responsável

- Inclusão de artigo estabelecendo que todas as Juntas Comerciais deverão utilizar o S

tema de Automação do Registro do Comércio (Siarco) para a uniformização dos seus procedimentos operacionais e para a prestação de serviços integrados

- Inclusão de artigo eliminando a cobrança de taxas pelas Juntas Comerciais referente às consultas prévias de nome empresarial

- Inclusão de artigo estabelecendo que a partir da oficialização da comunicação de paralisação definitiva ou temporária das atividades empresariais ao órgão de Registro Mercantil, a empresa ficará automaticamente isenta e/ou dispensada da entrega de obrigações acessórias, visando estimular a baixa de milhões de empresas que ocupam espaço desnecessário como ativas nos cadastros dos diversos Órgãos Regulatórios, não se defendendo aqui a anistia dos débitos tributários eventualmente existentes. O referido órgão comunicará aos demais integrantes da Redesim sobre a paralisação.

Novo leiaute fiscal do ICMS: adequação começa em 2006

MAIS ECONÔMICO, PROCEDIMENTO DARÁ MAIOR SEGURANÇA E RAPIDEZ AO ENVIO E RECEBIMENTO DE DADOS FISCAIS

Apartir do dia 1º de janeiro de 2006, quando a Secretaria da Receita Federal do Brasil, o Distrito Federal e o Estado de Pernambuco começarem a adotar as regras do novo Convênio ICMS 54/05, uma revolução no método de emissão de documentos fiscais, escrituração de livros fiscais e contábeis para o contribuinte usuário de sistema eletrônico de processamento de dados, terá sido iniciada.

O novo leiaute fiscal de processamento de dados proporcionará menos custos para as empresas e para os fiscos nas três esferas de poder e maior rapidez e segurança no envio e recebimento de informações fiscais.

Esse modelo substituirá o Convênio 57/95 que, na prática, nunca foi considerado pelas Receitas Federal e Previdenciária. Ele foi construído com a ajuda incansável do Sistema Fenacon (representado pelo empresário contábil José Félix de Souza Júnior, vice-presidente do Sescap-Pernambuco), do CFC e das demais entidades da Classe Contábil e do Departamento Nacional de Registro do Comércio.

A Fenacon mobilizou empresários contábeis em todo o Brasil e empresas de *software* para a importância de todos darem idéias ao projeto. Mais de 200 sugestões foram enviadas.

Já em 1º de janeiro de 2007, será a vez dos Estados de Alagoas,

Fotos: Divulgação



Luiz Gustavo Cordeiro da Silva

Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Piauí, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo adotaram o sistema. Na mesma data de 2008, Acre, Amapá, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Sergipe e Tocantins completarão o ciclo. A exceção, por enquanto, é o Paraná, cujo fisco estadual preferiu que as informações continuassem a ser enviadas pelo modelo antigo.

A primeira versão desse leiaute começou a ser elaborada em 2002, em Pernambuco, pelo auditor fiscal do Tesouro Estadual de Pernambuco Rodolfo Paes Moreira, representante da Secretaria da Fazenda daquele Estado e membro do gru-

po de trabalho da Comissão Técnica Permanente (Cotepe) do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Conselho de Nacional de Política Fazendária (Confaz). Após muitas discussões, ele foi encarregado da redatoria da proposta.

Já o professor Luiz Gustavo Cordeiro da Silva, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), representante do CFC no grupo de trabalho do leiaute fiscal, foi responsável pela apresentação da primeira minuta do projeto, feita por Moreira. A seguir, confira uma entrevista esclarecedora com ambos, sobre os detalhes do impacto do Convênio ICMS 54/05 na vida das empresas e dos profissionais da Contabilidade.

O que significa esta alteração do Convênio ICMS 57/95?

Luiz Gustavo Cordeiro da Silva – É um importante passo para a redução de custos nas empresas sujeitas ao envio de informações mensais para os fiscos das três esferas governamentais (municipal, estadual e federal – incluindo Receita Federal e Receita Previdenciária) e, consequentemente, a redução paulatina das obrigações acessórias e a agilização no ato da preparação de tais informações por empresas de serviços contábeis e contabilistas em geral.

Quais as principais alterações do novo Convênio e como ele afetará as empresas?

Rodolfo Paes Moreira – O ponto mais importante do novo convênio é a determinação de que o leiaute fiscal de processamento de dados, que antes somente podia ser alterado por Convênio, a partir de agora pode ser alterado por Ato Cotepe, dando mais agilidade em caso de mudanças. Por outro lado, não se trata de alteração do leiaute antigo, e sim da construção de um novo e completo modelo de entrega de informações fiscais e contábeis, a ser entregue pelas empresas a partir de 2006.

Para as empresas, é uma vitória, uma vez que com a unificação do leiaute para os fiscos federal, estaduais e municipais, em breve,



Rodolfo Paes Moreira

a troca de informações entre esses órgãos nas diferentes esferas. Diferente do leiaute anterior, o novo modelo é mais flexível e está organizado em blocos de informações. Estes blocos, ordenados em registros – seguindo um conceito hierárquico pai-filho –, permitem mais facilmente validar informações.

As informações terão data de envio único e valerão para todos os fiscos?

Moreira – Não, não será desta forma. A pessoa jurídica, de acordo com as especificações indicadas no manual que acompanha o leiaute fiscal, é obrigada a prestar informações fiscais em meio digital, cujos prazos, formas e locais de entrega serão regulados por legislação de cada órgão solicitante, sendo que o

evitará a produção de informações redundantes, antes geradas para fiscos diferentes. O desperdício de tempo e dinheiro será minimizado. Para os fiscos, o novo modelo também é uma vitória, pois ele facilitará

OFFICE

Soluções completas para escritórios contábeis.

PONTOMATIC
Relógio Ponto + Gerenciamento

Controle de Ponto com Biometria - Impressão Digital (Não necessita de crachá) ou Controle de Ponto (Crachá com código de barras)

BOLETIM Cenofisco/Folhamatic

Disponível nos Estados
São Paulo
Rio de Janeiro
Paraná
Rio Grande do Sul

- Consultoria especializada, sem limites
- Boletim Impresso - semanal
- Acesso ilimitado ao banco de dados On-line
- Agenda Mensal de Obrigações Fiscais e Tabelas Práticas

FOLHAMATIC
TECNOLOGIA EM SISTEMAS

Viste nosso stand na

YI9^a
Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo
SANTOS - SP

De 07 a 09 de setembro no Mendes Convention Center Santos - SP

- O maior suporte técnico
- Atualização automática - semelhante ao windows update
- Vídeo-Treinamento
- Atendimento até as 19h00*
- Suporte Técnico On-line (Talkmatic)
- Relatórios e guias via e-mail
- Treinamento gratuito
- Todos os sistemas integrados

5 anos

Supor te Técnico Folhamatic

Futura Sede Folhamatic

* Sistema Folhamatic (Folha de Pagamento)

Vendas 0800 015 4400
www.folhamatic.com.br

ISO 9001
Avaliação Folhamatic
Empresa Nacional
Instituto Contábil
TOP OF BUSINES
Master 2005
Instituto Q

Estamos credenciando representantes

SP: Americana, São Paulo, Ribeirão Preto, Santos, São José dos Campos
PR: Curitiba / RJ: Rio de Janeiro / RS: Porto Alegre

PROCESSAMENTO DE DADOS

arquivo gerado poderá ser composto de um ou mais blocos de informações. Cada órgão poderá exigir que o arquivo digital seja previamente verificado por programa validador por ele fornecido.

Quer dizer que não haverá data única para envio completo das informações?

Moreira – Não, ainda não. Antes de pensarmos em transmissão única das informações e envio para uma ou mais entidades, temos de preparar os sistemas das empresas e dos fiscos. Então, cada fisco dirá, através de legislação própria, qual a periodicidade que deseja para o envio das informações de seu interesse, como já o faz atualmente, e dirá também quais conjuntos de informações previstas no leiaute fiscal deseja.

Entretanto, é importante observar que tudo o que for solicitado deverá seguir as especificações contidas no leiaute fiscal, reduzindo custos e permitindo que tanto as empresas como os fiscos possam dispor de um modelo unificado nacional.

Qual o significado do leiaute fiscal de processamento de dados para as empresas?

Silva – Leiaute é um conjunto de regras que deve ser observado quando da preparação de informações advindas dos sistemas dos contribuintes para serem encaminhadas aos sistemas dos fiscos e entidades parafiscais. O leiaute previsto no Convênio ICMS 57/95, que terá validade até dezembro de 2005, é antigo e trata apenas de algumas informações – não é adotado pela Receita Federal nem pela Receita Previdenciária. Também não é completamente seguido pelos Estados, que sempre alteraram o leiaute para adequação de necessidades estaduais específicas.

Já o novo leiaute previsto no Convênio ICMS 54/05 estabelece regras

para elaboração de informações de natureza fiscal e contábil, inclusive sobre folha de pagamento, tendo sido subscrito pela Receita Federal e Receita Previdenciária, bem como por todos os Estados, exceto o Paraná. Este novo leiaute significa um conjunto de regras mais adequado à realidade tecnológica atual, que será seguido pelas empresas quando da elaboração das informações fiscais, contábeis e de folha de pagamentos.

Como o novo leiaute está organizado?

Moreira – Ele está ordenado em blocos de informações que, por sua vez, estão organizados em registros que contêm dados. Os blocos são dispuestos no arquivo por tipo de documento, por forma de entrega ou por órgão. O arquivo digital será gerado na seguinte forma: Registro 0000 – abertura do arquivo; Bloco 0 – Identificação e referências (registros de tabelas); Blocos de A a Z – Informações fiscais (registros de dados); Blocos de 1 a 9 – Informações especiais (registros de dados); e Registro 9999 – encerramento do arquivo.

Embora o novo leiaute seja uma excelente iniciativa fiscal para a redução do custo-Brasil e para a redução de custos nas empresas, este leiaute ainda precisa melhorar na parte relativa às demonstrações contábeis e aos registros contábeis.

Por que somente o Paraná não aderiu ao Convênio? Qual o impacto para as empresas desse Estado?

Silva – Houve um erro de avaliação da importância do Convênio para as empresas paranaenses, mas creio que em breve esse problema será notado, uma vez que o Convênio será exigido de qualquer jeito para as empresas do Paraná, quando da prestação de informações de natureza federal, como as exigidas

pela Receita Federal e pela Receita Previdenciária a partir de 2006.

Assim, as empresas do Paraná terão de enviar as informações de interesse da Receita Federal e da Receita Previdenciária no novo leiaute. Já a Secretaria de Fazenda daquele Estado exigirá as informações estaduais no leiaute antigo. Por isso, as empresas deverão adotar os dois leiautes diferentes, causando retrabalho para os seus profissionais de Contabilidade.

Como as empresas de serviços contábeis e os contabilistas estão analisando o novo leiaute?

Silva – A proposta foi amplamente divulgada pela Fenacon e pelo CFC e recebeu diversas sugestões dos profissionais de Contabilidade. Esta proposta também foi divulgada para as diversas entidades representativas de empresas de *software*, que enviaram suas sugestões.

De que forma os profissionais da Contabilidade podem se antecipar às novas regras?

Moreira – O primeiro passo é verificar o cronograma de implantação nos Estados, previsto no Convênio 54/05, para que possam ajustar os dados fisco-contábeis às necessidades lá previstas.

Os contabilistas e as empresas de serviços contábeis devem incluir em seu planejamento o ajuste nos sistemas que utilizam, visando gerar as novas informações no novo leiaute fiscal. Os contabilistas devem comunicar formalmente às empresas que lhes prestam serviços de *software*, sobre o impacto requerido com as alterações, para que possam avaliar a melhor maneira de adotar novos procedimentos de coleta da informação contábil em emissores de cupom fiscal (ECFs) e sistemas de emissão de notas fiscais. ►

Quais as principais dificuldades que esta mudança trará aos profissionais contábeis?

Silva – A absorção de novos conceitos de tecnologia da informação, até então julgados não importantes por alguns destes profissionais. É possível buscar conhecimento sobre o tema em um artigo no site: www.ensinar.org/artigos/seguranca/Artigo01.htm.

Os contabilistas precisam saber tudo sobre a utilização correta de *backups* em mídias reutilizáveis por mais de 30 anos, como o exigido pela legislação federal onde os documentos devem ser guardados por mais de 20 anos.

É fundamental ter conhecimento adequado sobre o uso de certificação digital, visando atribuir privacidade, autenticidade, integridade e não-repúdio; a digitalização de do-

cumentos em papel, para atender aos mesmos requisitos já citados, de maior vida útil e garantia de fácil pesquisa; o uso de biometria para autenticação em rede e sistemas *Enterprise Resources Planning* (EPR), ou Planejamento de Recursos Empresariais, que significa usar equipamentos como leitor de impressão digital, reconhecimento da íris e reconhecimento facial, para acesso a sistemas e recursos de rede, com o objetivo de garantir maior segurança do ambiente e da informação.

Os dados estão descritos em nosso artigo sobre o assunto no site: www.ensinar.org/artigos/seguranca/Artigo02.htm; e conhecimento da construção e geração de leiautes de dados. É importante que os profissionais conheçam este assunto,

pois poderão interagir mais facilmente com os fiscos e com as empresas de software quando da construção de leiautes.

Onde é possível obter mais informações sobre o Convênio?

Silva – Além do site do Confaz (www.fazenda.gov.br/confaz), creio que a Fenacon e o CFC irão colocar à disposição, em seus sites, mais informações sobre o tema, bem como palestras e seminários.

Os profissionais também podem contar com fórum on-line com o relator da proposta aprovada, o professor Rodolfo Paes Moreira, e comigo, que sou o representante do CFC no trabalho; no site da UFPE: (www.ensinar.org/ensinar/Externo/exibirDadosCurso.aspx?id=19). ☺

SOLUÇÃO CONTÁBIL ALTERDATA

Software para quem valoriza

QUALIDADE!



Condições Especiais para Troca

O que existe de melhor em tecnologia, aliado a inovação em atendimento, para que você aproveite seu tempo com coisas realmente importantes.

0800-704-1418

www.alterdata.com.br



Empresa ganhadora do Prêmio Qualidade Brasil em 2005

ALTERDATA
TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA

AL - Maceió • AM - Manaus • BA - Salvador; Vitória da Conquista • CE - Fortaleza; Itapajé • ES - Cachoeiro de Itapemirim; Linhares; Vitória • GO - Goiânia • MA - São Luis • MG - Belo Horizonte; Juiz de Fora; Uberlândia • MS - Campo Grande • PA - Belém; Castanhal • PB - João Pessoa • PE - Petrolina; Recife • PR - Curitiba • RJ - Angra dos Reis; Araruama; Campos; Macaé; Duque de Caxias; Nova Friburgo; Nova Iguaçu; Petrópolis; Rio de Janeiro; Teresópolis; Volta Redonda • RN - Natal • RS - Lajeado; Passo Fundo; Porto Alegre • SC - Florianópolis • SE - Aracaju • SP - Ribeirão Preto; São Paulo; Sorocaba.

Super-Receita: quem ganha, quem perde

NOVA ESTRUTURA POSSIBILITA AO GOVERNO GANHAR FORÇA FISCALIZATÓRIA E AUMENTAR A BUROCRACIA. JÁ OS CONTRIBUINTES ...

A criação da Receita Federal do Brasil, ou Super-Receita, a mega-estrutura nascida da fusão entre as Receitas Federal e Previdenciária, traz consigo vantagens e desvantagens para os contribuintes e apenas vantagens para o Leão. Eis aí o problema.

Se por um lado haverá a racionalização de recursos humanos e materiais e a minimização de custos e de fraudes fiscais, por outro, a nova estrutura governamental aumenta o poder de fiscalização sobre os contribuintes, elevando ainda mais a burocracia e centralizando gradativamente o poder em um único lugar.

Em vigor desde o último dia 15 de agosto, por meio da Medida Provisória 258/05, a Super-Receita, na prática, apenas mostrará resultados mais consistentes em 2006, pois os servidores precisam ser capacitados, para que a produtividade seja aumentada. A primeira etapa a ser cumprida será de ordem interna, com a unificação das duas administrações. As atribuições do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) não mudarão.

O governo já informou que a unificação dos procedimentos fiscais deve acontecer completamente até o dia 1º de agosto do próximo ano. A demora, ressalta o secretário-geral da Super-Receita, Jorge Rachid, se dá porque, atualmente, os prazos, sistemas de lançamento e a legislação das Receitas Federal e Previdenciária são diferentes.

Foto: Divulgação



Sales: estresse entre Estado e contribuinte aumentará mais ainda

Uma das novidades da Super-Receita é a criação de cargos de auditor da Receita Federal, atribuídos aos profissionais de nível superior de auditor-fiscal e de técnico da Receita Federal. Os cargos, entretanto, serão preenchidos pelos auditores-fiscais atuais.

“É preciso enxergar a situação sob dois aspectos. O primeiro é positivo para o próprio fisco, pois a Super-Receita pode significar uma oportunidade de ampliar a modernização do INSS, um verdadeiro reduto do atraso. O segundo será o aumento de estresse da relação Estado-contribuinte, pois a carga tributária brasileira,

modelada para enviar para o caixa das empresas toda a enorme conta dos delírios dos políticos, converteu o contribuinte em alvo fiscal”, analisa o advogado Nacir Sales, presidente do Instituto Brasileiro de Recuperação de Empresas (Inbre).

Para o tributarista Ives Gandra da Silva Martins, não há inconstitucionalidade na fusão das duas Receitas, uma vez que o Superior Tribunal Federal (STF) já admitia que a Receita Federal pudesse arrecadar as contribuições sociais sobre o lucro.

“Do ponto de vista doutrinário defendo que os três orçamentos da União (estatais, seguridade social e fiscal) deveriam ser administrados separadamente. É o que dispõe a Constituição Federal, no artigo 165. A matéria, todavia, está superada pela referida decisão da Suprema Corte”, avalia Martins. “A centralização é meramente instrumental. Dependerá de sua administração. Poderá aumentar ou reduzir a burocracia. Dependerá do administrador. Não está vinculada à geração de tributos.”

Rachid afirmou que a Receita baixaria medidas, em setembro, para simplificar o cumprimento de algumas obrigações acessórias e previdenciárias. Este seria um dos reflexos positivos da fusão, segundo o secretário.

Até o fechamento desta edição, a MP 258 ainda não havia sido votada pela Câmara dos Deputados, o que provocaria o trancamento da pauta da Casa no dia 5 de setembro.

VANTAGENS E DESVANTAGENS DA FUSÃO ENTRE AS RECEITAS FEDERAL E PREVIDENCIÁRIA

Para o contribuinte	Vantagens	Desvantagens
Para o fisco	<ul style="list-style-type: none"> • Redução de gastos com várias obrigações acessórias (simplificação) • Emissão de certidões negativas por um só órgão • As empresas receberão somente um fiscal para os dois órgãos • A Previdência irá focar-se no atendimento ao cidadão e no pagamento de benefícios 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento dos riscos para os que não cumprem as obrigações acessórias, pois a Receita contará com mais de 30 mil servidores para fazer a fiscalização • Equalização dos prazos para interpor recursos: Receita (30 dias) e Previdência (15 dias) • Formou uma instituição mais forte para combater a evasão fiscal • Os prazos e procedimentos adotados nos processos administrativos são diferentes. Exemplo: depósito de recursos administrativos, Previdência (30% do valor da causa) – nesse caso, cabe à Receita enumerar os bens
Para o fisco	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento das fiscalizações e integração dos sistemas de informática (Dataprev e Serpro) • A arrecadação e a fiscalização de impostos e contribuições federais ficam juntas em um só órgão • Troca de informações com a Previdência Social (benefícios) 	<ul style="list-style-type: none"> • Não há

Fonte: Valdir Amorim, especialista em Imposto de Renda da IOB Thomson

Mantenha seu escritório aberto 24 horas na Internet.

A Mastermaq desenvolveu a tecnologia que permite a micro, pequenas e médias empresas oferecerem serviços e produtos na internet. Tudo rápido e fácil sem pagar muito por isso.

O MasterDirect é uma ferramenta na qual você cria o site de sua empresa ou escritório - define layout, figuras, publica relatórios, guias de pagamento, gerencia as solicitações e muito mais.



www.mastermaq.com.br

Prêmiações:



Ligue e abra as portas de sua empresa para seus clientes através do MasterDirect.

2122-6430

- Belo Horizonte e região

0800 786 200

- Outras localidades

vendas@mastermaq.com.br

Sua empresa na Web

master
DIRECT



Basta um requerimento

CADASTRO SINCRONIZADO NACIONAL POSSIBILITA AO CONTRIBUINTE OBTER REGISTRO SIMULTÂNEO NAS RECEITAS FEDERAL E ESTADUAIS

Convênio firmado entre a Secretaria da Receita Federal e a dos Estados da Bahia e de São Paulo e a Prefeitura paulistana (que entrará no processo em uma segunda etapa) dará novo gás ao processo de inscrição tributária dos contribuintes. Trata-se da implantação da primeira fase do Cadastro Sincronizado Nacional, que deve começar a funcionar em setembro, após dois adiamentos.

Essa ferramenta, que foi apresentada à Classe Contábil paulista no dia 24 de junho, está integrando os procedimentos de cadastramento nas três esferas de governo, com entrada única de dados tendo por base o CNPJ, que passa a ser um cadastro nacional de agentes econômicos estabelecidos no País e não mais apenas um cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal.

Foto: Camila Aquino



Lideranças e representantes das entidades contábeis assistem à apresentação do Cadastro Sincronizado

Devido à grande complexidade de interação entre as bases de dados do processo de sincronia, a implementação do Cadastro será gradativa. Uma comissão técnica nacional, com representação das três esferas, está trabalhando na busca de soluções que garantam a coerência nacional do novo modelo.

O Cadastro funcionará da seguinte forma: ao solicitar a inscrição na Receita Federal ou na dos Estados da Bahia ou de São Paulo, o contribuinte fará apenas um único requerimento e obterá o registro dos dois órgãos simultaneamente.

“O Cadastro unificará as esferas federal e estadual e os novos procedimentos concentrarão o atendimento ao contribuinte em um único local, exigindo apenas um requerimento. O contribuinte será atendido melhor e mais rapidamente. Especialmente beneficiados serão os contadores, geral-

mente contratados para este tipo serviço por grande parte das empresas, principalmente as pequenas e médias. Eles ganharão em eficiência no seu trabalho, com a consequente redução de custos para seus clientes”, analisa o coordenador da Administração Tributária paulista, Henrique Shigemi Nakagaki.

O projeto do Cadastro começou a ser concebido em julho do ano passado, após encontro entre as administrações tributárias federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal. Esses órgãos obedeceram à Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, que acrescentou o inciso 23 ao artigo 37 da Constituição Federal, determinando que as administrações tributárias atuassem de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e simplificação de procedimentos.

Foto: Maria Luiza M. T. de A. N. Rodrigues / Sefaz-SP



Nakagaki: o contribuinte será atendido de maneira mais eficiente

EMPRESAS DE SERVIÇOS DE PERNAMBUCO REALIZAM ENCONTRO E CONFIRMAM A FORÇA DO SEGMENTO



Foto: Divulgação

Fred Amancio (membro da Sefaz-PE), Valdir Pietrobon (vice-presidente Institucional da Fenacon), Albérico Morais (presidente da Aescon-PE), Adelvani Braz (presidente do Sescap-PE), Nelson Mitimasa (presidente do CRC-PE) e Arnaldo Guimarães (diretor do Ibracon)

O setor de serviços pernambucano está muito organizado. É o que foi confirmado a partir do 1º Encontro das Empresas de Serviços do Estado de Pernambuco, evento realizado no último dia 29 de junho, pelo Sescap-Pernambuco, Aescon-Pernambuco e Ibracon. O objetivo foi trocar conhecimentos e opiniões, visando o fortalecimento do segmento.

O Encontro conseguiu logo a

adesão de outras entidades, como a Fenacon e o CRC-Pernambuco, que deram importante apoio para a realização do evento. Empresários, líderes do setor em Pernambuco e autoridades que vieram de outros Estados assistiram a palestras sobre gestão de riscos, certificação digital e defesa do setor de serviços.

Um dos pontos altos do Encontro foi a realização do Fórum

Permanente em Defesa do Setor de Serviços, que recebeu o presidente do Sescon-São Paulo, Antonio Marangon. Ele falou sobre a importância do setor na geração de renda.

O Fórum Permanente em Pernambuco – Sociedade Civil e Fisco também se fez presente, discutindo diversas questões com os participantes e os membros da Secretaria da Fazenda.



Sua empresa vai bem quando tudo se encaixa.



Integração total para quem precisa de eficiência e agilidade.

contabilidade suprimentos
fiscal estoque
folha faturamento
impostos financeiro
call center

atendimento ao cliente

Rua Sen. César Lacerda Vergueiro, 121 - 05435-060 - São Paulo - SP
dpcomp@dpcomp.com.br - www.dpcomp.com.br

TELEVENDAS: 0800 015 55 61

dp comp sistemas

■ SÃO PAULO - I

SECON-SP ANALISA PROJETOS TRIBUTÁRIOS DO LEGISLATIVO PAULISTA

Os projetos de ordem tributária, propostos pelos deputados estaduais paulistas passam, nesse segundo semestre, a ser analisados pelo Sescon-São Paulo antes de irem à votação em plenário. O objetivo é dar assistência técnica na elaboração das leis fiscais e tributárias, analisando desde o que é conveniente ou não ao contribuinte até mesmo a redação dos textos, para evitar que boas idéias sejam desperdiçadas devido à pouca clareza e dificuldades na aplicação das leis.

Esse trabalho está sendo feito graças a um protocolo de intenções assinado entre o Sindicato e a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). O documento foi subscrito na sede da entidade, no último dia 6 de julho, pelos presidentes do Sescon-São Paulo, Antonio Marangon, e da Alesp, depu-



Antônio Marangon (à dir.) e Rodrigo Garcia assinam o convênio de cooperação entre o Sindicato e a Alesp

deverá ser anexado ao projeto original. A análise será feita levando em conta diversos fatores, como viabilidade do projeto, reflexos positivos e negativos para os contribuintes, entre outros.

Segundo Marangon, fazer esse trabalho de análise é importante para a entidade, porque ela, mais uma vez, reiterará o seu papel de ajudar o contribuinte paulista e a sociedade brasileira a se desenvolver. “Temos orgulho de atuar ao lado do Legislativo paulista, vamos dividir os nossos conhecimentos e experiências com os deputados e assim trabalhar a favor de uma sociedade mais justa”, afirmou.

A intenção de Rodrigo Garcia é que a parceria firmada com o Sescon-São Paulo seja direcionada para a análise da consolidação das leis tributárias e atuação no dia-a-dia dos projetos da Casa Legislativa.

■ SÃO PAULO - II

SINDICATO FECHA ACORDO COM OAB-SP PARA INVESTIR NO TERCEIRO SETOR

Durante o segundo semestre, em todos os meses, o Sescon-São Paulo e a Ordem dos Advogados do Brasil – Secção São Paulo (OAB-SP) realizarão seminários sobre um tema muito especial: o Terceiro Setor – parte da economia constituída por organizações sem fins lucrativos e não-governamentais, cujo objetivo é gerar serviços de caráter público – nas principais cidades do Estado.

Esta é a tônica do convênio firmado entre as duas entidades, envolvendo tanto as 16 sub-regionais do Sindicato quanto as 225 subsecções da Ordem. O primeiro seminário, com cerca de 300 pessoas, foi realizado no dia 9 de agosto, na sede do Sescon-São Paulo, com a palestra



Participaram da reunião (da esq. para a dir.) Ricardo Roberto Monello (vice-presidente da Aescon-SP e membro da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB-SP), Lucia Maria B. Cunha (presidente da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB-SP), Sérgio Approbato M. Júnior (vice-presidente Administrativo do Sescon-SP), José Constantino de Bastos Júnior (assessor da presidência do Sescon-SP) e Edeno Teodoro Tostes (diretor Administrativo da Aescon-SP)

“Questões Tributárias: PIS e Cofins no Terceiro Setor”, proferida pelo advogado Marcos Biasioli.

Para o vice-presidente administrativo do Sindicato, Sérgio Approbato Machado Júnior, o convênio

é uma ótima oportunidade de ambas as entidades desenvolverem atividades de caráter educativo, procurando mostrar os principais aspectos jurídicos, contábeis e tributários do Terceiro Setor.

■ MATO GROSSO DO SUL

SESCON-MS REALIZA MESAS-REDONDAS SOBRE ICMS E ISS

OSindicato sul-mato-grossense promoveu, em parceria com o CRC-Mato Grosso do Sul, IOB Thomson e a Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Grande (CDL) mesas-redondas na capital (27 de julho) e em Maracaju (20 de julho). Em média, mais de 100 profissionais participaram de cada palestra.

Durante os eventos o consultor da IOB Thomson Valci Gonçalves de Oliveira ministrou palestra sobre “ICMS: Retenção na Fonte: Substituição Tributária sobre Mercadorias e Serviços por Convênios e Protocolos; ICMS: Antecipação Interna sobre Mercadorias; e ISS: Retenção na Fonte: Contribuintes Substitutos e Responsáveis Tributários”.

Segundo o presidente do Sescon-Mato Grosso do Sul, Carlos Rubens de Oliveira, mesas-redondas como essas são de grande importância para a qualificação dos profissionais da

Foto: Divulgação



(Da esq. para a dir.) Carlos Rubens de Oliveira (presidente do Sescon-MS), Ruberlei Bulgarelli (diretor Administrativo do Sescon-MS), Valci Gonçalves de Oliveira (consultor da IOB Thomson), Sumaia K. Borges (representante Comercial da IOB Thomson) e Alcir J. Salviano (vice-presidente do CRC-MS)

Contabilidade, ajudando-os a aprender mais e auxiliando-os na troca de experiências. “As palestras foram fundamentais para que os partici-

pantes pudessem esclarecer dúvidas sobre temas tão recorrentes no cenário tributário brasileiro, como o ICMS e o ISS”, acrescentou.

■ SANTA CATARINA

ENTIDADES CONTÁBEIS SOLUCIONAM PROBLEMA DAS NOTIFICAÇÕES DA DIEF ANO-BASE 2003

As notificações da Declaração de Informações Econômico – Fiscais (Dief) ano-base 2003 devem ser retificadas e as anotações necessárias no livro Termos de Ocorrências precisam ser feitas, não havendo a necessidade de refazer os livros fiscais.

É o que ficou determinado após reunião realizada no dia 13 de junho entre a Classe Contábil catarinense e o coordenador da Administração Tributária de Santa Catarina, Renato Hinnig, que atendeu às reivindicações dos profissionais. Os contabilistas que se sentirem prejudicados podem entrar com o recurso, porém a correção se faz necessária.

O Sescon-Santa Catarina foi representado pelos diretores regionais, Dirceu Paulo do Nascimento e Wellington Fernandes Spindola. Também estiveram presentes à reunião os presidentes Maurício Melo (Ses-

con-Grande Florianópolis) – que representou o Sescon-Blumenau –, Nilson José Goedert (CRC-Santa Catarina) e Antônio Carlos de Sá Ribas (Federação dos Contabilistas do Estado de Santa Catarina), além da fiscal de tributos Andréia Cristine Siqueira.

REGIONAIS – O presidente do Sescon-Santa Catarina, Luiz Antônio Martello, empossou três novos diretores regionais: Ademir Orsi, em Jaraguá do Sul (6/7), João Edson de Barros, em São Bento do Sul (14/7), e Osvaldir Roque Wagner, em Rio do Sul (5/8). “A descentralização proposta pelo Sescon-Santa Catarina vem aproximando representantes e representados, numa ação harmônica que levará a todos os cantos do Estado, a comunicação necessária para tornar a Classe ainda mais forte”, argumentou Martello.

■ BAIXADA SANTISTA

AGORA COM REGISTRO SINDICAL, SESCON-BS PODE INTERMEDIAR NEGOCIAÇÕES SALARIAIS

OSescon-Baixada Santista recebeu do Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria de Relações do Trabalho, a certidão com o registro sindical. O documento foi entregue ao presidente da entidade, Orival da Cruz, pelo presidente da Fenacon, Carlos José de Lima Castro, e pela diretora de Assuntos Legislativos e do Trabalho da Federação, Aparecida Terezinha Falcão.

O registro sindical torna oficial o funcionamento do Sindicato – fundado em 3 de outubro de 2003 –, e garante à entidade o direito de ser a interlocutora das negociações salariais na Baixada Santista e Itariri, com o sindicato dos empregados e profissionais da base territorial. O número do Código Sindical deve ser liberado pela Caixa Econômica Federal nas próximas semanas.

Além disso, o registro sindical vai facilitar a vida dos associados, assim como a de todas as empresas dos segmentos representados, que deverão fazer o re-

Foto: Divulgação



Aparecida Terezinha Falcão, Orival da Cruz e Carlos José de Lima Castro (sentados), com os diretores do Sescon-BS: alegria pela realização de mais um sonho

colhimento da Contribuição Sindical diretamente para o Sescon-Baixada Santista, evitando que o repasse continue a ser feito pelo parceiro Sescon-São Paulo.

“Em menos de dois anos de atividades, Orival e sua diretoria estão comemorando conquistas, se posicionando à frente de muitos sindicatos no País”, comparou o presidente da Fenacon. “A Baixada Santista tem um grande potencial econômico e merece uma entidade

forte e representativa.”

Atualmente, o Sescon-Baixada Santista tem sua base territorial em 10 cidades. Na Baixada Santista, há cerca de 1,7 mil empresas nos segmentos representados, que empregam mais de 10 mil pessoas. Dentro as empresas, 750 prestam serviços contábeis. A intenção é criar câmaras setoriais para que os assuntos técnicos de cada categoria sejam debatidos e tenham um encaminhamento próprio.

■ DISTRITO FEDERAL

TAGUATINGA INAUGURA POSTO PARA EVITAR BUROCRACIA

Na Hora. Este é o nome do posto de atendimento aos contribuintes da região da cidade satélite de Taguatinga, no Distrito Federal. Inaugurada no dia 13 de julho, a unidade tem funções similares ao do conhecido Poupatempo paulista e vai agilizar os trâmites de processos burocráticos. Os contadores também foram muito beneficiados com esse projeto, pois atenderão aos seus clientes com mais rapidez.

O presidente do Sescon-Distrito Federal, Paulo César Terra, participou da inauguração do posto, que é coordenado pela Secretaria de Gestão Administrativa do governo do Estado e também envolve o governo federal. A solenidade contou com a presença governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, além de diversos secretários estaduais e parlamentares.

O posto conta ainda com o Na Hora Empresarial, projeto parecido

com o da Casa do Empreendedor, na capital paulista. Ele deve suprir as necessidades da Classe Contábil local, que espera a queda do tempo para o registro de uma empresa. Pelo projeto, esse tempo não poderá demorar mais do que 10 dias. O Sescon-Distrito Federal, em parceria com o CRC-Distrito Federal, tem uma representação no local, para melhor atender seus associados. A Junta Comercial também está atuando no local.

RIO DE JANEIRO

DIRETORIA COMPLETA UM ANO DE GESTÃO E PLANEJA EXPANSÃO PELO INTERIOR

A atual diretoria do Sescon-Rio de Janeiro completou um ano de gestão e tem muito a comemorar. Sob a liderança do presidente Guilherme Tostes (foto), a entidade deseja agora abrir novas frentes no interior do Estado, com a criação de regionais.

Nosso objetivo é aumentar a presença do Sindicato no interior para, entre outras coisas, abrir um canal de comunicação com diversas entidades, em busca de novas parcerias. “Este trabalho está em andamento. Estamos criando regionais, estreitando nosso relacionamento com os três poderes e colo- cando à disposição serviços aos associados, como o Sescon – Saúde”, afirmou.

Desde quando assumiu o compromisso de conduzir o Sescon-Rio de Janeiro até o dia 30 de junho de 2007, a



Foto: Divulgação

atual gestão passou a atuar em uma nova sede, procurando pensar de forma mais integrada no modo como atender melhor seus associados e a sociedade em geral.

Nesses últimos 12 meses, o Sindicato promoveu o 3º Enescap Sudeste, que recebeu cerca de 200 empresários, para discutir o tema “Tecnologia Adequada + Aperfeiçoamento Profissional = Resultado”. Também fechou convênio com o Banco do Brasil, para facilitar o acesso ao crédito para os empresários de serviços contábeis.

O Sescon-Rio também fechou importantes convênios que estão beneficiando os empresários contábeis e seus funcionários e atuou nos debates pela melhora no atendimento dos contribuintes pelos órgãos da administração pública.



empresa de contabilidade 100% inteligente



EXACTUS
SOFTWARE

VB + C++ + SQL server

Folha de Pagamento

Contabilidade Gerencial

Gerenciador de Escritório

Controle Patrimonial

Escrita Fiscal

 Gestão para Assistências Técnicas	 Gestão para Empresas de Ônibus	 Gestão para Holdings	 Gestão para Faculdades e Escolas
 Gestão para Transportadoras	 Gestão para Farmácias	 Gestão para Empresas de Contabilidade	 Gestão para Hospitais
 Gestão para Imobiliárias	 Gestão para Construtoras	 Gestão para Comércio Atacadista	 Gestão para Indústrias (ERP, MRP II e PCP)
 Gestão para Postos de Combustíveis	 Gestão para Avícolas	 Gestão para Lojas	 Gestão para Supermercados

For Windows®
Desde 1987

Uma empresa de contabilidade completa precisa internamente dos softwares de Contabilidade, Folha, Livros Fiscais, Controle Patrimonial, Gerenciador de Escritórios e Cálculo de Tributos. Este escritório, assim informatizado, necessita interligar-se aos seus clientes através de módulos captadores, que executam nos próprios clientes o Faturamento, ECF, Contas a Receber, Contas a Pagar, Gerenciador Financeiro, Caixa e Bancos e Controle de Estoques.

Através dos captadores o escritório importa estes dados via Internet, e os transforma automaticamente em Contabilidade e Livros Fiscais. Nesta interligação ganham os clientes e o escritório, passando a ser um a extensão do outro. O Escritório Inteligente, passo a passo, vai se tornando 100% informatizado, 100% interligado e 100% sem papel, buscando maximizar eficiência. Tudo isso sua empresa encontra na Exactus Software.

A Exactus transforma a informatização da sua Empresa

CONTEM CONOSCO

0800 400 6001-43 3372 7000

www.exactus.com.br






Setor Bancário Norte, Quadra 2 – Lote 12, Bloco F
Edifício Via Capital – Salas 904/909
CEP: 70040-000 – Brasília (DF)
Telefax: (61) 3327-0002
E-mail: fenacon@fenacon.org.br

DIRETORIA DA FENACon
(Gestão 2004/2007)

PRESIDENTE
Carlos José de Lima Castro

VICE-PRESIDENTE INSTITUCIONAL
Valdir Pietrobon

VICE-PRESIDENTE – REGIÃO SUDESTE
Sauro Henrique de Almeida

VICE-PRESIDENTE – REGIÃO SUL
Renato Francisco Toigo

VICE-PRESIDENTE – REGIÃO NORDESTE
José Geraldo Lins de Queirós

VICE-PRESIDENTE – REGIÃO CENTRO-OESTE
Laércio José Jacomelli

VICE-PRESIDENTE – REGIÃO NORTE
Carlos Alberto do Rego Correa

DIRETOR ADMINISTRATIVO
Antônio Gutenberg Moraes de Anchieta

DIRETOR FINANCEIRO
Roberto Wuthstrack

DIRETOR DE EVENTOS
Carlos Roberto Victorino

DIRETOR DE TECNOLOGIA E NEGÓCIOS
Nivaldo Cleto

DIRETORA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS
E DO TRABALHO
Aparecida Terezinha Falcão

DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
Urubatam Augusto Ribeiro

SUPLENTES
Osiás Chasin
Bruno Ricardo de Souza Lopes
Reinaldo Aparecido Domingos
Paulo Bento

Fernando César Passos Lopo
Antônio Ferreira Neves
Ronaldo Geraldo de Castro
Luiz Valdir Slompo de Lara
Antônio Luiz Amorim Araújo
João Aramayo da Silva
Wladimir Alves Torres

Aderaldo Gonçalves do Nascimento Junior
Anastácio Costa Mota

CONSELHO FISCAL
EFETIVOS
Sérgio Approbato Machado
Haroldo Santos Filho
Vilson Wegener

SUPLENTES
Maciel Breno Schiffler
Valmir Madálio
Almir Dias de Souza

REPRESENTAÇÃO NA CNC
EFETIVOS
Carlos José de Lima Castro
Pedro Coelho Neto

SUPLENTES
Irineu Thomé
Valdir Pietrobon

DICAS DE LIVROS

AULA DE CONTABILIDADE

Contabilidade Geral e Tributária (Editora IOB Thomson, 2^a edição revisada e atualizada, 344 páginas, R\$ 60), de Lourivaldo Lopes da Silva, inclui a nova sistemática da Cofins e do PIS não-cumulativos. O leitor encontra desde os princípios fundamentais da Contabilidade até o fechamento de um balanço patrimonial. Uma das vantagens da obra é trazer exemplos de como a escrituração contábil de impostos e contribuições sociais deve ser realizada.



GESTÃO EMPRESARIAL

Gestão Empresarial: Comportamento Organizacional (Editora Atlas, 2005, 232 páginas, R\$ 48), Thomaz Wood Jr., trata de questões que são indissociáveis do sucesso ou do fracasso de um negócio. A obra reúne trabalhos de repercussão entre o público acadêmico e executivo.



LEI DE FALÊNCIAS

Dois lançamentos recentes da Editora Saraiva, *Comentários à Nova Lei de Falências e de Recuperação de Empresas* (548 páginas, R\$ 79), de Fábio Ulhoa Coelho, e *Lei de Falências e Recuperação de Empresas* (18^a edição, 328 páginas, R\$ 39), obra coletiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Lívia Céspedes, são fundamentais para se entender as mudanças ocorridas na legislação.



MANUAL PRÁTICO

Estatutos – Orientação Sobre Texto, Estrutura e Registro (Index Consultoria, 96 páginas, R\$ 20), livro de Marly Schaffer Dias, Célia Maria P. Lacerda e Wanda Maria M. da Rocha Paranhos,



visa auxiliar pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos. Ele traz orientações sobre a adequação ao novo Código Civil (até 11 de janeiro de 2007).

EXPEDIENTE

A Revista Fenacon em Serviços é uma publicação bimestral da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas.

PRODUÇÃO E EDIÇÃO
De León Comunicações
(11) 5017-7604 / 5017-4090
deleon@deleon.com.br
www.deleon.com.br

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Lenilde de León (Mtb 11.707-SP)

EDITOR
Luciano Guimarães (Mtb 30.388-SP)

REPÓRTER
Deise Dantas

CONSELHO EDITORIAL
Diretoria Executiva

ANÚCIOS
Pedro A. De Jesus
Tel.: (11) 3875-0308
E-mail: pedrojesus@fenacon.org.br

CAPA
Prefeitura Municipal de Natal

PLANEJAMENTO GRÁFICO
E DIAGRAMAÇÃO
Celso Tadeu de Oliveira

IMPRESSÃO E ACABAMENTOS
Prol Editora Gráfica

AUDITORIA DE CIRCULAÇÃO
Instituto Técnico de Consultoria e Auditoria S/C

TIRAGEM
50 mil exemplares

A Revista Fenacon em Serviços
não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nas matérias ou artigos assinados.
Os anúncios veiculados são de inteira responsabilidade dos anunciantes.

SESCONS E SESCAPS FILIADOS À FENACON

■ SESCAP - ACRE

Pres.: *Sergio Castagna*
End.: Av. Getúlio Vargas, 130, sl. 206
Centro – Cep.: 69900-660 – Rio Branco (AC)
Tel.: (68) 3233-3452
www.sescap-ac.org.br
sescap@ibest.com.br
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

■ SESCON - ALAGOAS

Pres.: *Anastácio Costa Mota*
End.: R. Dr. Albino Magalhães, 185
Farol – Cep.: 57050-080 – Maceió (AL)
Telefax: (82) 3326-4130
www.fenacon.org.br/sescon-al
nortecal@veloxmail.com.br
Cód. Sindical: 002.365.89638-8

■ SESCAP - AMAPÁ

Pres.: *Márcio Lélio da Paixão Nascimento*
End.: Av. Manoel Pacífico Cantuária, 75
Pacoval – Cep.: 68908-275 – Macapá (AP)
Telefax: (96) 217-4498
www.sescap-ap.com.br
sescap@tvson.com.br
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

■ SESCON - AMAZONAS

Pres.: *Wilson Américo da Silva*
End.: R. Monsenhor Coutinho, 477, sl. 5
Centro – Cep.: 69010-110 – Manaus (AM)
Telefax: (92) 3087-6089 / 3233-2336
www.fenacon.org.br/sescon-am
sescomam@vivax.com.br
Cód. Sindical: 002.365.91072-0

■ SESCAP - APUCARANA

Pres.: *Alicindo Carlos Moroti*
End.: R. Osvaldo Cruz, 359 - Centro
Cep.: 86800-720 – Apucarana (PR)
Telefax: (43) 3422-7908
aprogramacao@brturbo.com
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

■ SESCAP - BAHIA

Pres.: *Fernando César Passos Lopo*
End.: Av. Antônio C. Magalhães, 2.573,
Ed. Royal, sl. 1.205/6, Candeal de Brotas
Cep.: 40289-900 – Salvador (BA)
Tel.: (71) 3452-4082 / Fax: 3452-9945
www.sescap-ba.org.br
sescapba@sescap-ba.org.br
Cód. Sindical: 002.365.90858-0

■ SESCON - BAIXADA SANTISTA

Pres.: *Orival da Cruz*
End.: Av. Conselheiro Nébias, 592
Boqueirão – Cep.: 11045-002 – Santos (SP)
Tel.: (13) 3222-4839 / Fax: 3222-1862
www.sesconsbs.org.br
sesconsbs@sesconsbs.org.br

■ SESCON - BLUMENAU

Pres.: *Gelasim Francener*
End.: R.XV de Novembro, 550 – 10º andar - sls.
1.009/1.010 – Cep.: 89010-901 – Blumenau (SC)
Tel.: (47) 326-0236 / Fax: 326-3401
www.sesconblumenau.org.br
sesconblumenau@flynet.com.br
Cód. Sindical: 002.365.89502-0

■ SESCON - CAMPINAS

Pres.: *Carlos José Tozzi*
End.: Av. Irmã Serafina, 863, 2º andar, sl. 22
Centro – Cep.: 13015-201 – Campinas (SP)
Telefax: (19) 3239-1845 / 3232-5860
www.sesconcampinas.org.br
sesconcampinas@uol.com.br

■ SESCON - SERRA GAÚCHA

Pres.: *Celestino Oscar Loro*
End.: R. Ítalo Victor Bersani, 1.134
Jd. América – Cep.: 95050-520
Caxias do Sul (RS)
Tel.: (54) 222-7831 / 228-2425
Fax: (54) 222-7825
www.sesconcx.com.br
sescon@sesconcx.com.br
Cód. Sindical: 002.365.87490-2

■ SESCAP - CEARÁ

Pres.: *Pretextato S. Quaresma*
G. de Oliveira Mello
End.: Av. Washington Soares, 1.400, sl. 401
Edson Queiróz – Cep.: 60811-341
Fortaleza (CE)
Telefax: (85) 3273-2255 / 3273-5083
www.sescapce.org.br
contato@sescapce.org.br
Cód. Sindical: 002.356.88157-7

■ SESCON - DISTRITO FEDERAL

Pres.: *Paulo César Terra*
End.: Scrs Qd. 504, bl. C, subsolo, lj. 61/64
Asa Sul – Entrada W2 – Cep.: 70331-535
Brasília (DF) - Telefax: (61) 226-1269
www.sescondf.org.br
sescondf@sescondf.org.br
Cód. Sindical: 002.365.04303-2

■ SESCON - ESPÍRITO SANTO

Pres.: *Rider Rodrigues Pontes*
End.: R. Quintino Bocaiuva, 16, sl. 903
Centro – Cep.: 29010-903 – Vitória (ES)
Tel.: (27) 3223-3547 / Fax: 3222-7589
www.sescon-es.org.br
sescon@sescon-es.org.br
Cód. Sindical: 002.365.04904-9

■ SESCON - GOIÁS

Pres.: *Edson Cândido Pinto*
End.: R. 61, nº 146 – Centro (terreiro)
Cep.: 74.045-080, Goiânia (GO)
Telefax: (62) 3212-4477
www.fenacon.org.br/sescon-go
sescangoias@sescangoias.com.br
Cód. Sindical: 002.365.05474-3

■ SESCON - GRANDE FLORIANÓPOLIS

Pres.: *Maurício Melo*
End.: Felipe Schmidt, 303, 9º andar
Centro – Cep.: 88010-903 – Florianópolis (SC)
Telefax: (48) 222-1409
www.sesconfloripa.org.br
sescon@sesconfloripa.org.br
Cód. Sindical: 002.365.88511-4

■ SESCAP - LDR

Pres.: *José Joaquim Martins Ribeiro*
End.: R. Sen. Souza Naves, 289 (slj.)
Cep.: 86010-914 – Londrina (PR)
Telefax: (43) 3329-3473
www.sescapldr.org.br
sescapldr@sescapldr.com.br
Cód. Sindical: 002.365.90169-1

■ SESCAP - MARANHÃO

Pres.: *Gilberto Alves Ribeiro*
End.: Av. Jerônimo de Albuquerque, s/nº, sl. 201
Retorno do Calhau – Cep.: 75.074-220
São Luiz (MA) – Telefax: (98) 336-6971
sescon.ma@uol.com.br
Cód. Sindical: 002.365.90023-7

■ SESCON - MATO GROSSO

Pres.: *João dos Santos*
End.: R. São Benedito, 851 – 1º andar
Lixeira – Cep.: 78010-800 – Cuiabá (MT)
Tel.: (65) 623-1603 / Fax.: 321-4831
sesconmt@terra.com.br
Cód. Sindical: 002.365.86025-1

■ SESCON - MATO GROSSO DO SUL

Pres.: *Carlos Rubens de Oliveira*
End.: R. Euvira Pacheco Sampaio, 681
Jd. Monumento – Cep.: 79071-030
C. Grande (MS) – Telefax: (67) 387-6094/5489
www.sescomms.org.br
sescomms@sescomms.org.br
Cód. Sindical: 002.365.87924-6

■ SESCON - MINAS GERAIS

Pres.: *João Batista de Almeida*
End.: Av. Afonso Pena, 748 – 24º andar
Centro – Cep.: 30130-003 – B. Horizonte (MG)
Telefax: (31) 3273-7353
www.sescon-mg.com.br
sescon@sescon-mg.org.br
Cód. Sindical: 002.365.04937-5

■ SESCON - PARÁ

Pres.: *Paulo Otávio B. Baker*
End.: Av. Pres. Vargas, 640, 5º andar, sl. 1
Campina – Cep.: 66017-000 – Belém (PA)
Telefax: (91) 3212-2558
www.sescon-pa.org.br
sesconpa@nautilus.com.br
Cód. Sindical: 002.365.90145-4

■ SESCON - PARAÍBA

Pres.: *Aderaldo G. do Nascimento Jr.*
End.: R. Rodrigues de Aquino, 267, 3º andar
Centro – Cep.: 58013-030 – J. Pessoa (PB)
Telefax: (83) 3222-9106
sesconpb@jrcontag-rnc.com.br
Cód. Sindical: 002.365.90755-0

■ SESCAP - PARANÁ

Pres.: *Mário Elmir Bertti*
End.: R. Marechal Deodoro, 500 – 11º andar
Ed. Império - Centro – Cep.: 80010-911
Curitiba (PR) - Telefax: (41) 3222-8183
www.sescap-pr.org.br
sescap-pr@sescap-pr.org.br
Cód. Sindical: 002.365.88248-4

■ SESCAP - PERNAMBUCO

Pres.: *Adelvani Braz*
End.: R. José Aderval Chaves, 78
4º andar, sls. 407/408
Boa Viagem – Cep.: 51111-030
Recife (PE)
Telefax: (81) 3217-6324
www.sescape.com.br
sescappe@sescappe.com.br
Cód. Sindical: 002.365.88145-3

■ SESCON - PIAUÍ

Pres.: *Tertulino Ribeiro Passos*
End.: Av. José dos Santos e Silva, 2.090
sl. 201 – Cep.: 64001-300 – Teresina (PI)
Telefax: (86) 221-9557 – 222-6337
sesconi@analisecontabilidade.com.br
Cód. Sindical: 002.365.90801-7

■ SESCON - PONTA GROSSA

Pres.: *Luz Fernando Saffraider*
End.: R. XV de Novembro, 301
Ed. Dr. Elysee, 6º andar, sls. 67/68
Cep.: 84010-020 – Ponta Grossa (PR)
Telefax: (42) 222-1096
sesconpg@interposta.com.br
Cód. Sindical: 002.365.91178-6

■ SESCON - RIO DE JANEIRO

Pres.: *Guilherme Bottrel P. Tostes*
End.: Av. Passos, 120 – 7º andar
Centro – Cep.: 20051-040
Rio de Janeiro (RJ)
Telefax: (21) 2233-8868 / 2233-8899
www.seson-rj.org.br
sesconrj@sescon-rj.org.br
Cód. Sindical: 002.365.86767-1

■ SESCON - RIO GRANDE DO NORTE

Pres.: *Edson Oliveira da Silva*
End.: R. Segundo Wanderley, 855-B, sl. 122
Centro Empresarial – Barro Vermelho
Cep.: 59030-050 Natal (RN)
Tel.: (84) 3201-0708
sescon.rn@uol.com.br
Cód. Sindical: 002.365.91069-0

■ SESCON - RIO GRANDE DO SUL

Pres.: *Luz Carlos Bohn*
End.: R. Augusto Severo, 168
S. João – Cep.: 90240-480 – P. Alegre (RS)
Tel.: (51) 3343-2090 / Fax.: 3343-2806
www.seson-rs.com.br
sescon-rs@sescon-rs.com.br

■ SESCAP - RONDÔNIA

Pres.: *João Amarayo da Silva*
End.: Av. Carlos Gomes, 2.292, sl. 4
S. Cristovão – Cep.: 78901-200
Porto Velho (RO)
Tel.: (69) 3026-2531 / Fax: 224-1922
sescap-ro@uol.com.br
Cód. Sindical: 002.365.91126-3

■ SESCON - RORAIMA

Pres.: *Auxiliadora Oliveira Araújo*
End.: R. Coronel Mota, 1.848
Centro – Cep.: 69301-120 – Boa Vista (RR)
Telefax: (95) 624-4588
sescon-rr@hotmail.com
Cód. Sindical: 002.365.04959-6

■ SESCON - SANTA CATARINA

Pres.: *Luiz Antonio Martello*
End.: Av. Juscelino Kubitschek, 410, 3º andar
bl. B, sls. 306/308 – Cep.: 89201-906
Joinville (SC)
Telefax: (47) 433-9849
www.sesconsc.org.br
sesconsc@sesconsc.org.br
Cód. Sindical: 002.365.02808-4

■ SESCON - SÃO PAULO

Pres.: *Antonio Marango*
End.: Av. Tiradentes, 960
Luz – Cep.: 01102-000 – São Paulo (SP)
Tel.: (11) 3328-4900 / Fax.: 3328-4940
www.seson.org.br
sesonsp@seson.org.br
Cód. Sindical: 002.365.86257-2

■ SESCAP - SERGIPE

Pres.: *José Cicinato Vieira Melo*
End.: R. Siriri, 496, sl. 4, 1º andar
Centro – Cep.: 49010-450
Aracaju (SE)
Telefax: (79) 3214-0722
www.sescon-se.org.br
sescapse@infonet.com.br
Cód. Sindical: 002.365.04999-5

■ SESCON - SUL FLUMINENSE

Pres.: *Vera Lúcia Pires Nunes*
End.: Av. 17 de Julho, 280, sl. 2
Ed. Minas Gerais – Aterrado
Cep.: 27213-200 – V. Redonda (RJ)
Telefax: (24) 3347-1298
www.seson-sulfluminense.org.br
sesconsul@uol.com.br
Cód. Sindical: 002.365.05022-5

■ SESCAP - TOCANTINS

Pres.: *Flávio Azevedo Pinto*
End.: 104 Norte, Acne 1, cjl. 1, lt. 12
sl. B – Cep.: 77.006-016 – Palmas (TO)
Telefax: (63) 3215-2438
opcon@uol.com.br
Cód. Sindical: 002.365.91124-7

■ SESCON - TUPÃ

Pres.: *Hamilton D. R. Fernández*
End.: R. Potiguaras, 414
Centro – Cep.: 17601-080 – Tupã (SP)
Telefax: (14) 3496-1727
sescontupan@yahoo.com.br
Cód. Sindical: 000.000.90844-4

Atualizado em
23 de agosto de 2005

Empresário de Serviços,
entre em contato com seu
Sindicato por e-mail.
É mais rápido e
econômico. Critique,
reivindique, opine, faça
sugestões aos seus
dirigentes. Eles querem
trabalhar por você, em
defesa de sua empresa.



11º CONESCAP

Convenção Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas

NATAL 2005

Pirâmide Palace Hotel
21 a 23 de setembro de 2005

INSCREVA-SE
e concorra ao
PRÊMIO ÚNICO
R\$ 30.000,00

Patrocínio:



EMPRESAS DE SERVIÇOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS



ROBERTO CREMA

TEMA: "SERVIR, O VIÇO DO SER".



THAIS ALVES

TEMA: "COMUNICAÇÃO E MOTIVAÇÃO".



VICTORIANO GARRIDO FILHO

TEMA: "VOCÊ É UMA PESSOA DE ATITUDE?
AS DEZ ATITUDES DO PROFISSIONAL NOTA 10".



GILBERTO LUÍZ DO AMARAL

TEMA: "O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO
ATIVIDADE DAS EMPRESAS CONTÁBEIS".



CLÓVIS TAVARES

TEMA: "MAGIA EMPRESARIAL".

WORKSHOP: SEBRAE
WORKSHOP: PROSOFT

Inscreva-se! Informações tel. (84) 3202-5424

Promoção:



Realização:

Patrocínio:



Transportadora Oficial:



Agência de Turismo:



Organização:



E-mail: ases@digi.com.br
Telefax: (84) 3202-5424

Apoio:

